



Sisema

Sistema Estadual de Meio Ambiente
e Recursos Hídricos

7º Monitoramento de Auditoria Operacional n.º 1031303

Auditoria Operacional n.º 951.431 do Tribunal de Contas do Estado – TCE-MG

Setembro/2021

Índice

Recomendação 1	3
Recomendação 2	11
Recomendação 3	18
Recomendação 4	21
Recomendação 5	25
Recomendação 6	27
Recomendação 7	32
Recomendação 8	37
Recomendação 9	40
Recomendação 10	42
Recomendação 11	44
Recomendação 12	45
Recomendação 13	48
Recomendação 14	52
Recomendação 15	56
Recomendação 16	58
Recomendação 17	60
Recomendação 18	63
Recomendação 19	66
Recomendação 20	72
Recomendação 21	77
Recomendação 22	82
Recomendação 23	85
Recomendação 24	87
Recomendação 25	90

RECOMENDAÇÃO 1

- 1) Promover a gestão ambiental integrada dos planos, programas e projetos (PPP) desenvolvidos pelas demais Secretarias de Estado, acompanhando e apoiando tecnicamente as ações desenvolvidas pelos Núcleos de Gestão Ambiental (NGAs) na elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) para as atividades de extração do minério de ferro.

Identificação do problema			
Órgão	Ponto focal	Ação a ser tomada	Benefício previsto
Diretoria de Instrumentos de Gestão e Planejamento Territorial – DIGA/FEAM	Patrícia Rocha Maciel Fernandes/DIGA	Apoiar o desenvolvimento da Avaliação Ambiental Estratégica - AAE para o setor de mineração de minério de ferro.	Planejamento do setor minerário para obter o desenvolvimento econômico sustentável visando delimitar potenciais áreas de implantação e expansão do setor e a preservação dos ecossistemas ferruginosos e seus mananciais, de forma a garantir a disponibilidade hídrica.
Diretoria de Educação Ambiental e Relações Institucionais - DEARI/SEMAD	Ana Cristina da Silveira/DEARI		
SEDECTES			
Prazo	Cronograma Executivo (físico/financeiro)	Atualização	
A ser definido pela SEDECTES	A DEARI/SEMAD e a SEDECTES publicarão resolução conjunta reativando o Núcleo de Gestão Ambiental (NGA) da SEDECTES, que irá coordenar a elaboração do Plano Estadual da Mineração e a Avaliação Ambiental Estratégica- AAE da mineração de minério de ferro. Esta	1º monitoramento: Em 25/04/18 foi publicada a Resolução Conjunta Semad/Sedectes nº 2.627/18, que institui o Núcleo de Gestão Ambiental na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Sedectes. A SEDECTES instituiu grupo de trabalho intersetorial para elaboração de Termo de Referência para contratação do Plano Estadual da Mineração. A Semad faz parte do GT, com três representantes (titular e dois suplentes). 2º monitoramento: O GT para elaboração de TR para contratação do Plano Estadual da	

	<p>ação depende da definição do NGA que é composto por 3 servidores da SEDECTES.</p>	<p>Mineração foi desmobilizado, ficando sob responsabilidade da Sedectes a continuidade desta ação.</p> <p>Foi publicada nova Resolução Conjunta Semad/Sedectes nº 2.728, de 28 de novembro de 2018, para substituição de membro componente do NGA Sedectes. Até o momento ocorreram quatro reuniões - 07/12/18, 20/12/18, 08/02/19 e 18/02/19 - para elaboração conjunta do TR para contratação da AAE.</p> <p>3º monitoramento: em função de substituição de membro do Núcleo de Gestão Ambienta - NGA solicitado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SEDE (antiga SEDECTES) será publicada nova resolução que altera a Resolução Conjunta Semad/Sedectes nº 2.728 de 28 de novembro de 2018. Para realizar as providências cabíveis foi aberto Processo no SEI nº 1370.01.0007640/2019-24 para publicação da nova resolução onde a SEMAD aguarda manifestação por parte da SEDE.</p> <p>4º monitoramento: Em consulta ao Processo SEI nº 1370.01.0007640/2019-24, pode-se observar que a nova resolução que altera a Resolução Conjunta Semad/Sedectes nº 2.728 ainda não foi publicada e encontra-se em tramitação no âmbito da SEDE, sendo que o último documento do processo é o Memorando.SEDE/SPMEL.nº 61/2019 de 17/10/2019.</p> <p>5º monitoramento: Conforme informação da Superintendência de Política Minerária, Energética e Logística da Sede: "O Gabinete da SEDE está avaliando qual será a nova composição do NGA".</p> <p>6º monitoramento: Em consulta ao Processo SEI nº 1370.01.0007640/2019-24 na data de 11/02/2021, pode-se observar que não houve atualização em realização ao 4º e 5º monitoramentos.</p> <p>7º monitoramento: Em consulta ao Processo SEI nº 1370.01.0007640/2019-24 na data de 08/09/2021, pode-se observar que não houve atualização em realização ao 4º e 5º monitoramentos.</p>
--	--	---

Janeiro/2018 a dezembro/2018	A SEMAD deverá garantir no orçamento previsto no PPAG para 2018, recursos para contratação de cooperação técnica, científica e financeira com instituição de relevante conhecimento nos procedimentos metodológicos da AAE em ação de responsabilidade da SEMAD.	<p style="text-align: right;">7º Monitoramento de Auditoria Operacional n.º 1031303</p> <p>1º monitoramento: O orçamento para a contratação da consultoria foi previsto no PPAG 2018, porém não foi aprovado pela COF/SEF. Foi solicitado no PPAG 2019 novamente.</p> <p>2º monitoramento: A SEMAD declinou da contratação da consultoria para elaboração do Termo de Referencia - TR, tendo definido que seu corpo técnico, em conjunto com o NGA/SEDECTES, procederá com a elaboração de minuta de TR para contratação da AAE, que encontra-se em elaboração. Importante ressaltar que, conforme exposto no Decreto nº 43.372, de 5 de junho de 2003, a responsabilidade de contratação do estudo de AAE é da pasta de origem da política, plano ou programa setorial, que no caso é a SEDECTES. Dessa forma, a SEMAD se comprometeu a apoiar tecnicamente a</p>
------------------------------	--	---

	Custo: R\$ 200 mil	<p>elaboração do TR e o acompanhamento do desenvolvimento do estudo.</p> <p>3º monitoramento: A SEMAD e a SEDE finalizaram, em junho de 2019, o TR para a contratação da AAE da mineração de ferro em junho de 2019. Ação concluída.</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 4º monitoramento.</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 5º monitoramento.</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 6º monitoramento.</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 7º monitoramento</p>
Após a definição da SEDECTES em relação ao planejamento do setor de mineração de minério de ferro que será coordenado pela SEDECTES.	A SUGA/SEMAD apoiará na elaboração do Termo de Referência - TR, juntamente com os demais representantes dos Núcleos de Gestão Ambiental I- NGAs e especialistas a serem contratados pela SEMAD para desenvolvimento, consulta pública, revisão, dentre outros previstas no instrumento da AAE.	<p>Atualização março/19: Em alinhamento entre os Secretários da SEMAD e da SEDECTES, ficou acordado que a SEMAD deveria inserir uma ação específica na proposta da LOA 2019 para previsão de recursos para a elaboração da AAE do setor de mineração de ferro, bem como para o Plano Estadual de Mineração, de forma a fornecer posteriormente, via TDCO - Termo de Descentralização de Crédito Orçamentário, apoio financeiro a SEDECTES para efetivação desses produtos.</p> <p>Essa previsão foi feita por meio da Ação 4204, que tem orçamento de R\$ 1.384.281,00, enviada na proposta orçamentária LOA 2019 da Semad.</p> <p>3º monitoramento: TR para a contratação da AAE da mineração de ferro concluído. Quanto aos recursos financeiros que a SEMAD propõe apoiar a AAE (Ação 4204 da LOA 2019) encontram-se concluídos os documentos necessários para a realização do TDCO (TR para contratação de consultoria; justificativa técnica do órgão gerenciador do crédito; Plano de Trabalho do TDCO com cronograma de desembolso); processo de solicitação de TDCO instruído no SEI sob o nº 1220.01.0001072/2019-04; a SEMAD está em articulação com a SEF para execução dos recursos da TRFM, na qual foi apresentada o início da execução orçamentária e financeira da AAE para 2019; desta forma será possível iniciar a celebração do TDCO e logo após a publicação poderá ser iniciado o procedimento licitatório; a SUGA solicitou também ao Gabinete da SEMAD, em 13 de maio/2019 a inclusão da AAE no Banco de Projetos 2019 para captação de recursos, caso fosse necessário. Durante o desenvolvimento dos estudos de AAE pela SEDE, a equipe do SISEMA estará contribuindo tecnicamente na avaliação dos produtos.</p> <p>4º Monitoramento: Dando continuidade às ações referentes à AAE da atividade de minério de ferro no Estado de Minas Gerais, a instrução do processo de formalização do TDCO entre a SEMAD e a SEDE para contratação de consultoria está em fase de</p>

		<p>finalização, conforme se verifica no processo SEI nº 1220.01.0001072/2019-0. Durante as tratativas para celebração do TDCO entre SEMAD e SEDE, ocorreram mudanças nas competências da SEMAD e da FEAM (Decretos em anexo) tendo a competência de: “orientar, avaliar e acompanhar estudos e avaliações ambientais territoriais, em especial a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) e a Avaliação Ambiental Integrada (AAI), em articulação com outras entidades do poder público, representantes da sociedade civil e instituições de ensino e pesquisa” sido transferida para a FEAM, por meio da Diretoria de Instrumentos de Gestão e Planejamento Ambiental e da Gerência de Avaliação Ambiental e Desenvolvimento Territorial. Em função dessa mudança de competência, foi previsto na LOA 2020 da FEAM a dotação orçamentária de R\$ 2.206.000,00 para execução da AAE com recursos provenientes da Taxa de Controle, Monitoramento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários (TFRM). A Nota Técnica nº 1/FEAM/DIGA/2020 (anexa) apresenta os esclarecimentos referentes à alteração da titularidade do TDCO entre as instituições e informações detalhadas sobre o processo do TDCO até janeiro de 2020. A nova minuta do TDCO entre FEAM e SEDE encontra-se em fase final de validação pela Procuradoria da FEAM. A SEDE aguarda a celebração do TDCO para abertura do processo licitatório. A Resolução Conjunta SEMAD/FEAM/IEF/IGAM nº 2.774 de 18/02/2019 referente aos ordenadores da Ação 4204 à época da SEMAD foi alterada para a Ação 4240 de acordo com a LOA 2020 (Portaria Feam nº659, de 16 de janeiro de 2020).</p> <p>5º Monitoramento: Assinatura do TDCO para execução da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) do setor de exploração de minério de ferro no Estado de Minas Gerais e discussões:</p> <p>Em 30/03/2020 foi assinado entre a FEAM e SEDE o TDCO nº 01/2020, cujo objeto é a descentralização de créditos orçamentários e financeiros para o desenvolvimento da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) do setor de exploração de minério de ferro no Estado de Minas Gerais, mediante a contratação de empresa de consultoria especializada, no valor de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais). O TDCO foi publicado no Diário do Executivo do Jornal Minas Gerais em 01/04/2020.</p> <p>A Cláusula Segunda do referido instrumento previa o repasse à SEDE, no ano de 2020, do valor de R\$ 1.767.000,00 (um milhão, setecentos e sessenta e sete mil reais) e em</p>
--	--	---

		<p>2021 a quantia residual de R\$ 733.000,00 (setecentos e trinta e três mil reais).</p> <p>No entanto, o Decreto nº 47.904/2020 de 31/03/2020 instituiu o Plano de Contingenciamento de Gastos no âmbito da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, das empresas dependentes e dos fundos estaduais com o objetivo de direcionar ações gerais para mitigar os impactos financeiros causados pela epidemia de doença infecciosa viral respiratória causada pelo agente Coronavírus – COVID-19, ocasionando considerável impacto na disponibilidade orçamentária da FEAM.</p> <p>A FEAM então formulou pleito ao Comitê de Orçamento e Finanças (Cofin) solicitando descontingenciamento orçamentário para início da execução da AAE ainda no ano de 2020, não somente pela reconhecida necessidade de se cumprir a recomendação constante na Auditoria Operacional nº 951431 e do Relatório do TCE intitulado: “A Gestão Estadual das Atividades de Extração do Minério de Ferro, de 28/05/2015”, mas também por ser política pública considerada estratégica para o estado de Minas Gerais. Por meio do Ofício Cofin 0561/2020, processo SEI 2090.01.0002396/2020-84, a FEAM foi notificada pelo Comitê que em sua Reunião Temática com o Sistema Estadual de Meio Ambiente (Sisema), realizada em 27 de maio de 2020, foi aprovado pedido de descontingenciamento apresentado, sendo que para a execução do objeto do presente TDCO FEAM/SEDE 01/2020 poder-se-á executar até o limite de R\$ 663.000,00 (seiscentos e sessenta e três mil reais) para o exercício de 2020.</p> <p>O valor residual, ou seja, R\$ 1.837.000,00 (um milhão, oitocentos e trinta e sete mil reais) será fixado no orçamento da FEAM para o ano de 2021, de modo que as atividades possam ser continuadas no próximo exercício financeiro.</p> <p>Também cabe ressaltar que em 18/07/2020 foi publicada no Diário do Executivo do Jornal Minas Gerais a Resolução Conjunta Feam/SEDE No 01/202,0 de 14 de julho de 2020, com o objetivo de regulamentar a execução do Termo de Descentralização de Créditos Orçamentários No 01/2020.</p> <p>Entre os meses de março e julho foram realizadas diversas reuniões entre as equipes técnicas da Gerência de Avaliação Ambiental e Desenvolvimento Territorial (GEAAD) da FEAM e da Superintendência de Política Minerária, Energética e Logística (SPMEL) da SEDE com o objetivo de discutir aspectos técnicos do termo de referência (TR) para</p>
--	--	--

		<p>contratação da empresa de consultoria responsável pela elaboração da AAE.</p> <p>Destacamos que a Sede está responsável por formalizar a abertura do processo de licitação para a contratação da consultoria especializada para realização da AAE, com a execução orçamentária autorizada para o ano de 2020, no valor limite de R\$ 663.000,00 (seiscentos e sessenta e três mil reais), devendo o mesmo ser formalizado até o final do mês de setembro de 2020. A FEAM vem fornecendo todo o suporte técnico para o fechamento do documento final do TR.</p> <p>Parceria com o NCEA:</p> <p>A Netherlands Commission for Environmental Assessment (NCEA) é um órgão holandês independente que exerce um papel de orientação estritamente técnica. Sua função é a de orientar os órgãos governamentais holandeses, assegurando que conteúdo e qualidade da AAE atendam as melhores práticas internacionais.</p> <p>Devido à experiência do NCEA, o Estado de Minas Gerais iniciou uma série de tratativas visando obter o apoio do NCEA para o acompanhamento da execução da AAE minério de ferro. Em 11/08/2020, por meio de Memorando de Entendimento assinado pela Subsecretaria de Promoção de Investimentos e Cadeias Produtivas da SEDE. A Comissão irá prover apoio técnico na validação, consolidação e aprimoramento da Avaliação Ambiental Estratégica para o setor do minério de ferro em Minas Gerais.</p> <p>Importante destacar que a NCEA analisou a minuta do TR da AAE minério de ferro e também enviou diversas contribuições para complementação do documento. Todas as recomendações/impressões estão descritas no relatório técnico disponível no sítio eletrônico da Comissão.</p> <p>6º monitoramento: A Sede estava responsável por formalizar a abertura do processo de licitação para a contratação da consultoria especializada para realização da AAE no ano de 2020, com execução orçamentária autorizada no valor limite de R\$ 663.000,00 (seiscentos e sessenta e três mil reais), recurso proveniente do TDCO FEAM/SEDE 01/2020, assinado em 30/03/2020. Na data de 16/02/2021, a Superintendência de Política Minerária, Energética e Logística da Sede informou que: "No final de 2020, a documentação relativa ao processo licitatório de contratação da AEE foi encaminhada para a Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças (SPGF) da Sede visando a abertura da licitação." A SPGF/Sede solicitou novos ajustes no TR retornando o processo para a área técnica da Sede. Os ajustes solicitados foram realizados e o processo foi novamente reenviado para a SPGF/Sede no mês de fevereiro de 2021,</p>
--	--	---

		<p>visando dar continuidade a licitação. A Feam continua acompanhando as tratativas junto a Sede, aguardando a conclusão do processo de licitação e contratação da consultoria especializada da AAE, visando caso seja necessário, readequação do TDCO FEAM/SEDE 01/2020, assinado em 30/03/2020. Em 04/02/2021, o Estado de Minas Gerais e a Vale assinaram Acordo para reparação dos danos provocados pelo desastre do rompimento da barragem B-I, em Brumadinho. O Acordo prevê o “Programa de Fortalecimento do Serviço Público” com a execução de vários projetos custeados pela Vale. Neste Programa estão incluídos o custeio da elaboração da “Avaliação Ambiental Estratégica” do minério de ferro e da elaboração do “Plano Estadual da Mineração de Minas Gerais”, para o desenvolvimento de uma mineração sustentável e competitiva em Minas Gerais. O início da implementação e execução destas ações, será aprovada pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), visando a liberação dos recursos a partir do ano de 2021. Desta maneira, a Sede deverá avaliar como se dará o custeio da execução da AAE, seja por meio dos recursos do Acordo do Estado com a Vale ou por meio do TDCO, assinando entre Sede e Feam.</p> <p>7º monitoramento: O processo licitatório para a contratação de consultoria especializada para elaboração da AAE teve seu edital publicado no Diário Oficial do Estado em 05/05/2021 por meio do Processo de Compras nº 003/2021 – Concorrência nº 01/2021, concedendo prazo até o dia 22/06/2021 para recebimento de propostas das empresas interessadas. O acompanhamento do processo licitatório está sendo realizado por uma comissão composta por servidores da Sede e Feam (sete servidores), sendo o presidente da Comissão, o servidor Leandro de Freitas freire, da Sede. Pela Feam, o acompanhamento vem sendo realizado pela servidora Andréa Brandão Andrade, lotada na GEAAD/Feam. Maior detalhamento encontra-se disponível no Memorando.FEAM/DIGA.nº 33/2021, anexo.</p>
--	--	--

RECOMENDAÇÃO 2

2) Desenvolver estudos de Avaliação Ambiental Integrada (AAI) dos impactos cumulativos e sinérgicos dos empreendimentos de mineração de ferro por bacia hidrográfica, objetivando orientar a tomada de decisões e a compatibilização do uso e conservação dos recursos naturais.

Identificação do problema			
Órgão	Ponto focal	Ação a ser tomada	Benefício previsto
Diretoria de Instrumentos de Gestão e Planejamento Territorial – DIGA/FEAM	Patrícia Rocha Maciel Fernandes /DIGA	Instituição da AAI como instrumento de apoio ao planejamento da implantação, operação e ampliação de empreendimentos de mineração de minério de ferro no Estado de Minas Gerais por meio de uma Deliberação Normativa COPAM.	<ul style="list-style-type: none"> • A identificação e avaliação de cumulatividade e sinergia resultantes dos impactos ambientais ocasionados pelo conjunto de empreendimentos que exploram o minério de ferro, em determinada unidade territorial. • Definição de diretrizes e recomendações que venham reduzir os riscos e incertezas no processo de desenvolvimento socioambiental, considerando a implantação de novos empreendimentos de mineração de minério de ferro ou a ampliação dos existentes, inclusive de estruturas auxiliares como barragens de rejeitos. • Melhoria da eficácia dos estudos de avaliação individualizada associados à regularização ambiental de empreendimentos de mineração de minério de ferro, sendo a AAI um subsídio para a elaboração dos Termos de Referência mais específicos dos estudos ambientais para fins de licenciamento.

			<ul style="list-style-type: none"> • Identificação e definição de estratégias para reabilitação de passivos ambientais e para atendimento aos requisitos legais para a fase de Fechamento de Mina.
Prazo	Cronograma Executivo (físico/financeiro)	Atualização	
Outubro a dezembro/2017	Retomada da discussão sobre a proposta de DN que institui a AAI de empreendimentos de mineração de minério de ferro, incluindo as definições técnicas sobre a abrangência de área de estudo, a estrutura metodológica, a responsabilidade de execução entre outros elementos.	<p>Atualização março/19: Solicitação de alteração da "Ação a ser tomada" bem como do "cronograma executivo" referente a recomendação nº2, conforme Nota Técnica nº 1/SEMAD/SUGA/2018, anexa.</p> <p>O resultado das discussões técnicas entre SEMAD e seus órgãos vinculados FEAM e IGAM concluiu pela inviabilidade de elaboração de minuta de Deliberação Normativa, nesse momento, para regulamentar o instrumento AAI para a atividade de mineração de ferro.</p> <p>Realizada discussão com dirigentes da SEMAD, que indicou novo posicionamento institucional, tendo como diretriz a elaboração de metodologia para inserção de critérios de AAI no âmbito dos processos de licenciamento ambiental das atividades de mineração de ferro. Nova proposta de Plano de Ação seguirá, na forma de Nota Técnica DEPA/SUGA a ser enviada via processo SEI.</p> <p>Nova proposta de cronograma:</p> <p>Desenvolvimento da proposta metodológica inclusão da AAI no licenciamento ambiental do setor de extração de minério de ferro, a partir de estudo em área piloto:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1- Definição da área de estudo piloto - estudo iniciado. 2- Levantamento de dados georreferenciados. 3- Inserção na IDE Sisema. 4- Análise ambiental territorial. 5- Diagnóstico de impactos ambientais sobrepostos. 6- Avaliação da efetividade e aplicabilidade dos resultados. 	
1º semestre/2018	Elaboração da minuta de Deliberação Normativa para AAI de empreendimentos de mineração de minério de ferro e encaminhamento para aprovação no COPAM.		
2º semestre/2018, conforme disponibilidade de pauta na CNR/COPAM	Processo de aprovação da Deliberação Normativa para AAI de empreendimentos de mineração de minério de ferro no COPAM.		
2º semestre/2018, após a aprovação da DN pelo COPAM.	Publicação de ato determinando a elaboração da AAI, conforme DN aprovada, para as áreas consideradas prioritárias.		

		<p>7- Definição de instrumento contendo a base metodológica para AAI da mineração de ferro, em vista dos resultados do estudo e da avaliação da viabilidade técnica e institucional.</p> <p>Até setembro/2019 pretende-se apresentar o escopo da proposta metodológica e o diagnóstico da área selecionada.</p> <p>3º monitoramento: Dando continuidade no desenvolvimento da proposta metodológica acordada por meio da Nota Técnica nº 1/SEMAD/SUGA/2018: “Desenvolver uma metodologia para inclusão de critérios, no âmbito dos processos de licenciamento ambiental, que permitam o aprimoramento da análise integrada dos impactos ambientais de empreendimentos de exploração de minério de ferro em uma determinada região”, foi iniciado o levantamento de informações geoespaciais da área piloto para diagnóstico da área selecionada. A área piloto foi identificada conforme RELATÓRIO TÉCNICO DEPA 01/2019: “Definição da área piloto para desenvolvimento de proposta metodológica de incorporação da Avaliação Ambiental Integrada – AAI no âmbito do licenciamento ambiental de empreendimentos de extração de minério de ferro”. Foram feitas reuniões com representantes da Semad e seus órgãos vinculados, de forma a obter um grupo multidisciplinar, em que foram apontadas as bases e fontes existentes no âmbito do Sisema para obtenção das informações, as quais estão sendo compiladas e plotadas em um Sistema de Informação Georreferenciada – SIG. Também foi identificado que será necessário obter informações diretamente dos empreendimentos de extração de minério de ferro localizados na área piloto e, para isso, foi desenvolvido, pelo grupo, um formulário contendo o escopo da proposta metodológica, o qual foi apresentado e disponibilizado aos representantes desses empreendimentos em meados do mês de agosto/2019.</p> <p>4º monitoramento: Conforme exposto no acompanhamento da demanda “Apoiar o desenvolvimento da Avaliação Ambiental Estratégica - AAE para o setor de mineração de minério de ferro”, a atribuição de gestão da AAI também passou a ser competência da FEAM, mais especificamente da Gerência de Avaliação Ambiental e Desenvolvimento Territorial (GEAAD) que vem aprofundando na análise inicialmente proposta a este Tribunal pela extinta Diretoria de Estudos e Projetos Ambientais (DEPA/Semad). Dando continuidade na definição de proposta metodológica para</p>
--	--	---

		<p>desenvolver a AAI em área piloto, foram recebidos pela GEAAD os dados e informações geoespaciais dos empreendimentos da área piloto. Foram enviados dados qualitativos sobre localização, frequência e parâmetros de pontos de monitoramento de biodiversidade, efluentes líquidos, ruído, vibração, vazões, qualidade do ar e qualidade da água superficial. Também foram recebidos dados gerais dos limites das estruturas dos empreendimentos minerários (barragens, diques, pilhas de estéril, cavas, oficinas, vias transporte de minério de ferro, etc.), pontos das fontes de poluição do ar e da água, dados de outorga de uso de recursos hídricos, áreas protegidas, cavidades, áreas de compensação ambiental e apoio socioeconômico. A GEAAD iniciou a construção do Banco de Dados Georreferenciados (BDGEO) do projeto AAI. A primeira etapa foi a integralização desses dados (dez/19 e jan/2020), envolvendo inventário, padronização e categorização. Foi necessária a organização dos dados recebidos de cada empreendimento de maneira que os mesmos pudessem ser avaliados conjuntamente, a partir da consistência da tabela de atributos dos arquivos vetoriais. Assim, buscou-se agrupar os elementos de mesma natureza desses arquivos. Com os dados consistidos será possível desenvolver análises por aspectos ambientais e, posteriormente, definir metodologia de avaliação integrada para alguns aspectos. Inicialmente, vislumbramos a possibilidade de desenvolver análises da qualidade do ar, através da integração dos Estudos de Dispersão Atmosférica (EDA) que são apresentados por alguns empreendimentos. Para tanto, foram levantados os EDAs já apresentados ao órgão ambiental pelos empreendimentos minerários localizados na área piloto (jan e fev/2020). De posse desses estudos, bem como, por exemplo, de dados meteorológicos e topográficos, pretende-se desenvolver metodologia que permita modelar a dispersão de particulados para a área piloto (set/2020).</p> <p>5º monitoramento: Dando continuidade à Avaliação Ambiental Integrada (AAI) de empreendimentos do setor da mineração de ferro, a Geaad/Feam elaborou relatório (em anexo) contendo informações atualizadas sobre o desenvolvimento do projeto-piloto na porção norte do Sinclinal Moeda, no Quadrilátero Ferrífero.</p> <p>O relatório apresenta breve contextualização da AAI Mineração de Ferro e do projeto-piloto em desenvolvimento. Especifica termos e conceitos recorrentes na literatura, indica estudos já realizados na área e apresenta os objetivos de desenvolvimento do projeto-piloto, bem como as estratégias estabelecidas pela Semad e Feam em</p>
--	--	--

		<p>atendimento à demanda do Tribunal de Contas de Minas Gerais (TCE-MG). Também são apresentadas no relatório parte das informações levantadas anteriormente pela Semad, e agora utilizadas pela Feam, com o intuito de evidenciar a continuidade e a cadência do trabalho da AAI Mineração de Ferro. Algumas dessas informações são a definição da área de estudo, a seleção dos empreendimentos minerários e o levantamento de dados sobre o monitoramento ambiental realizado por esses empreendimentos. Posteriormente, a Feam iniciou a caracterização socioambiental da área de estudo, tendo sido levantados dados e informações sobre os três meios (físico, biótico e socioeconômico). Visando melhor compreender o uso e a ocupação da terra na área-piloto e suas alterações com o passar do tempo, foi realizado o processamento de imagens de satélite dos anos de 2013 e 2020. Algumas situações foram destacadas. Entre os anos de estudo houve expansão das áreas de mineração, mas também dos centros urbanos e dos plantios de silvicultura. Em prejuízo, houve uma diminuição dos campos rupestres e das florestas nativas na área de estudo. Estes achados no território em estudo, bem como outros são mostrados no documento. Mais à frente, a Feam espera desenvolver outras etapas do projeto-piloto que permita internalizar este importante conhecimento nos órgãos ambientais. Os próximos passos da AAI Mineração de Ferro deverão contar também com o desenvolvimento da AAE Mineração de Ferro, cujo processo licitatório encontra-se em andamento.</p> <p>6º monitoramento: Em alinhamento com a Presidência Feam e a Diretoria de Instrumentos de Gestão e Planejamento Ambiental (DIGA/Feam) foi definida como estratégia para conclusão da “Ação a ser tomada” e alcance dos benefícios previstos na Recomendação 2 a proposição de mudanças ou contribuições aos Termos de Referência (TRs) dos estudos ambientais apresentados em processos de licenciamento ambiental e em outros instrumentos associados, em articulação com a Semad. O objetivo é promover o aprimoramento desses instrumentos de planejamento e gestão ambiental de forma a facilitar a análise de aspectos cumulativos no âmbito do licenciamento ambiental. A partir disso, a Gerência de Avaliação Ambiental e Desenvolvimento Territorial (Gead/Feam) vem estudando como isso poderia ser realizado a partir dos resultados parciais obtidos do projeto-piloto da AAI, bem como revisando avaliações ambientais integradas de atividades minerárias já realizadas. Tendo em vista alguns desses resultados apontarem para uma falta de padronização dos monitoramentos ambientais realizados e a possibilidade de uma rede integrada de monitoramento, foi identificada pela Gead/Feam a necessidade de mudanças ou contribuições também sobre a etapa pós-concessão das licenças, isto é, no acompanhamento dos empreendimentos em implantação e operação no estado de Minas Gerais. Ao longo</p>
--	--	---

		<p>dessa etapa, informações são apresentadas de forma difusa, não padronizada e impossibilitando ampliar os trabalhos de avaliações integradas. Nesse sentido, para conclusão da “Ação a ser tomada” e alcance dos benefícios previstos na Recomendação 2 algumas estratégias foram levantadas pela Geaad/Feam e as seguintes atividades encontram-se em desenvolvimento: 1) para a fase de escopo dos estudos ambientais i) leitura e análise de estudos de AAI já realizados para empreendimentos de minério de ferro, visando levantar questões-chave que possam direcionar quais dados e informações devem ser solicitadas previamente aos empreendedores; ii) verificação com a Semad sobre o status de revisão dos TRs de atividades minerárias e como a Geaad/Feam poderá contribuir com os trabalhos visando incorporar informações que possam ser utilizadas no futuro em avaliações integradas; 2) para a fase pós-concessão das licenças ambientais ▯ verificação com a Semad sobre o status de desenvolvimento do módulo de monitoramento no Sistema de Licenciamento Ambiental (SLA) e como a Geaad/Feam poderá contribuir para a adoção de um padrão na apresentação dos dados e informações, em especial visando integrá- los à IDE-Sisema. Consubstanciados nessas atividades, além de todas aquelas desenvolvidas aqui, pretende-se elaborar o documento conclusivo da Ação apresentando todas as propostas e contribuições para a introdução de aspectos cumulativos no âmbito do licenciamento ambiental de empreendimentos de mineração de ferro. Destacamos aqui que, no dia 29/01/2021, foi realizada apresentação do projeto-piloto da AAI Minério de Ferro pela Geaad/Feam na Câmara de Atividades Minerárias (CMI) do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam), tendo sido obtidas manifestações positivas dos membros do Copam (apresentação em anexo).</p> <p>7º monitoramento: Apresentação da Nota Técnica nº 6/FEAM/GEAAD/2021 (anexa) a qual apresenta a seguinte conclusão: “Considerando as ações já realizadas para o atendimento da RECOMENDAÇÃO 2 da Auditoria Operacional nº 951.431/TCE-MG, os direcionamentos realizados pela direção superior do Sisema nesse curso, a revisão de estudos anteriores, a avaliação da atual condição das ferramentas e instrumentos de gestão incluindo o SLA, IDE-Sisema e o TR Geral de EIA para o licenciamento de atividades minerárias e, por fim, a base conceitual e metodológica da avaliação ambiental integrada, são apontados nesta Nota Técnica os requisitos identificados pela equipe GEAAD/DIGA/FEAM para atendimento ao recomendado pelo TCE-MG. Tais requisitos são fatores de mudança necessários para alcançar o nível adequado de articulação e aprimoramento nos instrumentos de planejamento e gestão ambiental para que dos impactos cumulativos de empreendimentos sejam observados durante o processo de licenciamento ambiental. Além disso, possibilitam que a dinâmica da</p>
--	--	--

		<p>atividade de extração de minério de ferro seja acompanhada pelo Sisema de modo especial, em conformidade com a importância que a atividade minerária tem para o estado de Minas Gerais.</p> <p>Os requisitos identificados pela equipe GEAAD/DIGA/FEAM serão endereçados à Semad, órgão coordenador do sistema ambiental de Minas Gerais e dos instrumentos envolvidos, para avaliação da pertinência de adoção dos mesmos.</p> <p>Ressalta-se que os benefícios dos aprimoramentos indicados são reforçados por outros instrumentos atualmente em curso aderente à prevenção ou mitigação dos efeitos negativos da atividade de extração do minério de ferro em Minas Gerais, como a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) do setor de minério de ferro em Minas Gerais, o Plano Estadual de Mineração e o estudo de AAI das obras de descaracterização das barragens de rejeito alteadas pelo método a montante no Estado de Minas Gerais.</p>
--	--	---

RECOMENDAÇÃO 3

3) Promover a revisão do Sistema Integrado de Informação Ambiental – SIAM com vistas a oferecer informações abrangentes e atualizadas, necessárias às atividades de licenciamento ambiental, enquanto não houver migração de suas funções para o Sistema Integrado de Meio Ambiente – SISEMANet;

Identificação do problema			
Órgão	Ponto focal	Ação a ser tomada	Benefício previsto
Superintendência de Tecnologia da Informação - STI/SUTAF/SEMAD	Tiago Aroeira/STI	<p>A SEMAD aprovou um conjunto de sistemas prioritários para os anos de 2017/2018, com vistas à melhoria dos seus processos.</p> <p>Especificamente relacionado ao Licenciamento Ambiental, foi autorizado o desenvolvimento de um sistema de Licenciamento Simplificado, de forma a desburocratizar a regularização de empreendimentos de baixo impacto no estado, o que representa 7289 processos da demanda por regularização.</p> <p>Estamos também desenvolvendo o Sistema de Agendamento - SIAG, cuja finalidade é introduzir o FCE e FOB online e agendar o acesso às SUPRAMs via web e através do LigMinas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Celeridade na obtenção da Licença Ambiental pelo Empreendedor; • Disponibilizar à sociedade informações atualizadas sobre licenciamento dos empreendimentos minerários; • Gerir de forma eficiente o licenciamento ambiental, especialmente de atividades minerárias.
Prazo	Cronograma Executivo (físico/financeiro)	Atualização	
Até dezembro/2017	Levantamento de requisitos - Sistema Licenciamento Ambiental Simplificado	<p>1º monitoramento: Foi elaborada a versão inicial do sistema, chamado sistema de requerimento de licenciamento ambiental, concluída em março/2018. O levantamento de requisitos foi concluído em agosto/18 e o escopo do sistema foi ampliado para</p>	

		<p>atender todas as modalidade de licenciamento. Para acessar a versão inicial do sistema utilize o link a seguir: http://licenciamento.meioambiente.mg.gov.br</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 2º monitoramento</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 3º monitoramento</p> <p>4º monitoramento: Com o lançamento do SLA, em 05/11/2019, o sistema de requerimento será usado em caso de retificação de pedidos feitos anteriores à data de lançamento do novo sistema.</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 5º monitoramento</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 6º monitoramento</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 7º monitoramento</p>
Até junho/2018	Desenvolvimento do sistema Licenciamento Ambiental Simplificado	<p>1º monitoramento: Em função da implantação do sistema de requerimento de licenciamento ambiental (versão 1), que foi desenvolvido previamente ao sistema de licenciamento ambiental simplificado, e com a ampliação do escopo do sistema a previsão para o lançamento do sistema de licenciamento ambiental é janeiro/18.</p> <p>2º monitoramento: A versão 1 do sistema de licenciamento ambiental simplificado foi disponibilizada em produção desde março de 2018. A versão 2 (SLA), que contemplará não só o licenciamento ambiental simplificado, como também todas as outras modalidades, se encontra em desenvolvimento com a previsão de conclusão para junho/19. Já foram iniciados os testes da etapa de caracterização de empreendimentos.</p> <p>3º monitoramento: O SLA se encontra no final da fase 2 do desenvolvimento onde contempla o módulo de Análise das solicitações licenciamento. A previsão de homologação e posterior disponibilização em produção para usufruto da sociedade está prevista para a segunda quinzena de setembro/2019. O sistema conta, ainda, com outras 3 fases, totalizando 5 fases, previstas para serem implantadas gradativamente até 2022.</p> <p>4º monitoramento: Ação concluída - O SLA foi disponibilizado para a sociedade na data do dia 05 de novembro de 2019 e, portanto, é o sistema oficial de requerimento de licenciamento ambiental do Estado de Minas Gerais. Em março de 2020 será iniciada a fase de especificação dos itens que contemplam a 3ª fase do desenvolvimento do Sistema de Licenciamento Ambiental.</p>

		<p>Ação concluída - sem atualização para o 5º monitoramento</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 6º monitoramento</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 7º monitoramento</p>
Agosto/2017	Assinatura do termo de cooperação técnica - Sistema de Agendamento	<p>1º monitoramento: O sistema de agendamento foi desenvolvido e já encontra-se implantado em todas as Suprams, desde 06/03/18, por meio do Portal www.mg.gov.br, pelo aplicativo MG APP e pelo Lig Minas (155).</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 2º monitoramento</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 3º monitoramento</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 4º monitoramento</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 5º monitoramento</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 6º monitoramento</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 7º monitoramento</p>
Até novembro/2017	Desenvolvimento do Sistema de Agendamento	
Até dezembro/2017	Implantação do Sistema de Agendamento em 3 Superintendências Regionais	

RECOMENDAÇÃO 4

4) Informar o prazo final para implementação do SISEMAnet, contemplando, até, a efetiva migração dos dados do SIAM;

Identificação do problema			
Órgão	Ponto focal	Ação a ser tomada	Benefício previsto
Superintendência de Tecnologia da Informação - STI/SUTAF/SEMAD	Tiago Aroeira/STI	Após uma análise técnica por parte da Superintendência de Tecnologia da Informação, identificou-se a necessidade de revisão da estratégia em relação do SISEMANET, o qual não será retomado nos moldes inicialmente previstos. Essa mudança, busca a implementação gradual de sistemas numa nova arquitetura de forma a se evitar a construção de um grande sistema que dependa de integração que não são facilmente indifíceis. Nesse sentido, adotou-se a estratégia de reformulação do portal de segurança para consolidação de uma base única para os usuários dos sistemas do meio ambiente. Após a construção dessa base serão desenvolvidos novos sistemas nessa mesma base de forma gradual até que os sistemas estejam com o cadastro centralizado nesse portal. Até lá o SIAM continuará funcionando paralelamente e não há uma previsão para migração, que ocorrerá após um maior avanço dos estudos técnicos do projeto.	<ul style="list-style-type: none"> • Permitir maior transparência ao processo de licenciamento ambiental; • Gerir as informações ambientais de forma eficiente no âmbito do Sisema; • Permitir maior celeridade na execução das ações na área de licenciamento e fiscalização ambiental através de sistema online.
Prazo	Cronograma Executivo	Atualização	

	(físico/financeiro)	
Até setembro/2017	Levantamento de Requisitos - Portal de Segurança	<p>1º monitoramento: O sistema foi desenvolvido e homologado em 26/01/18, não é possível indicar o link uma vez que trata-se de acesso interno.</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 2º monitoramento</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 3º monitoramento</p> <p>4º monitoramento: Com o Lançamento do SLA, o Portal de Segurança passa a se chamar Portal Ecossistemas e passa a ser o meio de acesso do novo Sistema de Licenciamento Ambiental – SLA.</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 5º monitoramento</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 6º monitoramento</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 7º monitoramento</p>
Até outubro/2017	Desenvolvimento do sistema - Portal de Segurança	
Até novembro/2017	Homologação do sistema - Portal de Segurança	
Até dezembro/2017	Testes do sistema - Portal de Segurança	
Janeiro/2018	Início do sistema em produção - Portal de Segurança	
Outubro a novembro/2017	Levantamento de requisitos - Sistema Autos de Infração	<p>1º monitoramento: Foram mapeados outros processos da área de fiscalização e o escopo do sistema foi ampliado para abranger, além dos autos de infração, outros processos, como denúncias dos cidadãos e requisições de órgãos de controle, fiscalizações, lavratura e processamento de autos de infração.</p> <p>Foi entregue o documento de visão, com prazo estimado para desenvolvimento de 6 meses. Após esse planejamento, o sistema de licenciamento teve o seu escopo ampliado para atender todos os tipos de licenciamento e, portanto, o início do desenvolvimento do sistema de fiscalização depende de contratação de uma empresa de desenvolvimento. Desta forma, está sendo feito um planejamento de TI para 2019 e essa ação será incluída, com previsão de conclusão no primeiro semestre de 2020.</p> <p>2º monitoramento: Em Dezembro de 2018 foi firmado um contrato (anexo) para viabilizar o uso de 80 dispositivos móveis contendo um sistema para lavratura on-line dos autos de infração. Ao que tange a execução, o projeto está em fase de apresentação das regras de negócio, produção de cronograma para posterior parametrização do sistema. A previsão de início do funcionamento é abril/19. A vigência deste contrato de prestação desse serviço é de 24 meses.</p> <p>Paralelamente, foram iniciados os estudos de integração do sistema de lavratura on-line com a fase de processamento dos autos de infração. Estes sistemas integrados suprirão a necessidade de automatizar a fiscalização trazendo melhoria na qualidade do</p>
Dezembro a Abril/2018	Desenvolvimento do sistema - Sistema Autos de Infração	
Maio a Junho/2018	Homologação do sistema - Sistema Autos de Infração	
Julho/2018	Início do sistema em produção - Autos de Infração	

		<p>atendimento e prestação do serviço ao autuado.</p> <p>3º monitoramento: O Sistema de Lavratura foi disponibilizado para uso em fase experimental, a fim de testar a ferramenta e identificar falhas e necessidades não identificadas durante sua especificação. Seu lançamento ocorreu em maio de 2019. Está planejado, ainda, o desenvolvimento de um sistema que contemple a etapa de processamento eletrônico dos autos lavrados, até o final de 2020.</p> <p>4º monitoramento: Sem atualização desde o 3º monitoramento no que se refere à etapa de processamento eletrônico de autos. Ressalta-se, entretanto, que essa ação foi inserida no âmbito dos projetos estratégicos do Sisema e que, no momento, a Semad está em fase de negociação com a Vale para financiamento do sistema com recursos de compensação pelo rompimento da barragem em Brumadinho. A previsão de conclusão, de acordo com o cronograma do projeto, é fevereiro de 2021.</p> <p>5º monitoramento: Ainda em trâmite de contratação de equipe para desenvolvimento. O processo de financiamento com recursos da Vale ainda não se finalizou. Paralelamente ao processo, estamos tentando viabilizar outras formas de contratação para início do desenvolvimento. Caso a execução ocorra através da fábrica da Vale, a previsão para o início de desenvolvimento é o segundo semestre de 2021.</p> <p>6º monitoramento: Em 2019 o desenvolvimento do sistema de processamento de autos de infração foi inserido no Projeto Estratégico de Governo 2019-2022. As tratativas para criação do Sistema de Processamento dos Autos de Infração estão caminhando através da celebração de um acordo com o Supermercado Bahamas S/A, a título de compensação por danos ambientais conforme processo SEI nº 1370.01.0048483/2020-53. O Supermercado obriga-se a pagar a importância líquida e certa de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), através da contratação de serviço de desenvolvimento de software. Os termos do acordo foram submetidos à avaliação da ASJUR/AGE e as adequações devidas foram promovidas, restando o encaminhamento para homologação judicial, que deve ocorrer no primeiro semestre de 2021. Esse valor é suficiente para custear apenas os módulos iniciais do Sistema de Processamento de autos de infração, sendo que o custo total para o desenvolvimento integral do Sistema é estimado em R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais). Dessa forma, a Semad irá garantir a continuidade do desenvolvimento, através dos recursos oriundos do acordo judicial firmado entre o Estado de Minas Gerais e a Vale S.A. A previsão é que os procedimentos relativos ao acordo sejam concluídos até Junho de 2021 e que o desenvolvimento do primeiro módulo do sistema seja finalizado em Dezembro de 2022.</p>
--	--	--

		<p>7º monitoramento: Em 06 de agosto de 2021 foi homologado acordo judicial que garante recurso no importe de R\$400.000,00 (quatrocentos mil reais) para o desenvolvimento do Sistema de Processamento de Autos de Infração em meio integralmente digital. O acordo envolveu medida de compensação por danos ambientais atribuída ao Supermercado Bahamas S/A, conforme processo SEI nº 1370.01.0048483/2020-53, tendo sido firmado com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad e com o Instituto Estadual de Florestas – IEF, após aquiescência da Advocacia Geral do Estado. O Ministério Público de Minas Gerais – MPMG também é signatário do acordo, que abordou o inquérito civil instaurado. Nos termos do acordo firmado, o Supermercados Bahamas encaminhou à Semad orçamentos fornecidos por três empresas que poderão prestar o serviço de desenvolvimento do software. Dois orçamentos foram encaminhados no dia 19/08/2021 e o terceiro foi encaminhado no dia 27/08/2021. Os orçamentos estão sendo avaliados pela Semad, a fim de que a melhor proposta seja escolhida, tanto do ponto de vista técnico, quando do ponto de vista financeiro. O valor investido será suficiente para desenvolver os módulos iniciais do sistema, com entregas periódicas que garantas a usabilidade do sistema ao final do desenvolvimento dos trabalhos contratados com o aporte do recurso oriundo do acordo. Os demais módulos serão desenvolvidos com recursos oriundos do acordo judicial firmado entre o Estado de Minas Gerais e a Vale S.A.</p>
--	--	--

RECOMENDAÇÃO 5

5) Manter base de informações precisas e organizadas, em modo digital (SIAM/SISEMAnet), de todos os empreendimentos licenciados e da documentação correspondente, tais como: termos de referência, estudos ambientais, pareceres, etc.

Identificação do problema			
Órgão	Ponto focal	Ação a ser tomada	Benefício previsto
Superintendência de Tecnologia da Informação - STI/SUTAF/SEMAD	Tiago Aroeira/STI	<p>A Semad contratou a Prodemge para desenvolver o novo Sistema de Digitalização de Documentos - DIGIDESK, permitindo, em tempo real, a publicação de todos os documentos digitalizados no SIAM.</p> <p>A SEMAD, por meio da STI, em conjunto com a DGTA, está revisando e padronizando toda a base de dados GEO do SISEMA, disponibilizando, assim, sua Infraestrutura de Dados Espaciais - IDE para o público em geral.</p> <p>A STI está desenvolvendo o Portal de Transparência do SISEMA, o qual se encontra em fase elaboração.</p> <p>Através do Portal da Transparência do SISEMA, pretende-se disponibilizar informações sobre atos autorizativos e fiscalizatórios</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilização ao cidadão em tempo real de todos os documentos de licenciamento via web. • Disponibilização dos dados GEO online. • Permitir maior transparência ao processo de licenciamento e fiscalização ambiental.
Prazo	Cronograma Executivo (físico/financeiro)	Atualização	
Até setembro/2017	Definição de padrões de tecnologia para Geoprocessamento	1º monitoramento: A IDE foi lançada para o público interno em 20/12/17 e disponibilizada ao público externo em fevereiro/2018.	
Até dezembro/2017	Desenvolvimento do portal interno		

	para upload de camadas - IDE	<p>Para acessar, clique em http://idesisema.meioambiente.mg.gov.br/</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 2º monitoramento</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 3º monitoramento</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 4º monitoramento</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 5º monitoramento</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 6º monitoramento</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 7º monitoramento</p>
Até abril/2018	Desenvolvimento do módulo de administração - IDE	
Junho/2018	Disponibilização da IDE	
Até outubro/2017	Avaliação do Portal da Transparência em homologação	<p>1º monitoramento: Em 01/02/18 foi homologado Acordo Judicial entre o Ministério Público do Estado de Minas Gerais e o Estado de Minas Gerais nos autos da Ação Civil Pública nº 2500927-09.2013.8.13.0024 , onde na cláusula 2.1 há previsão de implementação do Portal da Transparência em um ano, ou seja, até 01/02/19. Para cumprimento dos prazos e obrigações do Acordo, foi elaborada a Resolução Conjunta SEMAD/FEAM/IEF/IGAM nº 2671 de 29/08/2018, publicada em 31/08/2018. O desenvolvimento do Portal já está em andamento e a previsão para conclusão é novembro/2018.</p> <p>2º monitoramento: O Portal foi lançado no dia 23 de novembro de 2018, de forma irrestrita a toda sociedade, no endereço http://transparencia.meioambiente.mg.gov.br/</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 3º monitoramento</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 4º monitoramento</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 5º monitoramento</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 6º monitoramento</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 7º monitoramento</p>
Até dezembro/2017	Ajustes no Portal da Transparência	
Até maio/2018	Testes no Portal da Transparência	
Agosto/2018	Publicação da versão final do Portal da Transparência	

RECOMENDAÇÃO 6

6) Estabelecer padrões e normas específicas para os procedimentos e critérios técnicos metodológicos adotados no processo de licenciamento ambiental por tipo de empreendimento;

Identificação do problema			
Órgão	Ponto focal	Ação a ser tomada	Benefício previsto
Superintendência de Apoio à Regularização Ambiental - SUARA/SURAM/SEMAD	Fernando Baliani/SUARA	Entrou em vigor a Lei Estadual n.º 21.972/2016 e o Decreto Estadual n.º 47.042/2016. Foram elaboradas 08 Orientações SISEMA e 08 Instruções de	Com a nova estrutura do licenciamento ambiental, com a alteração da organização da Semad, IEF, IGAM e FEAM e com o fomento de Orientações e Instruções de serviços, estima-se que às atividades inerentes aos processos de licenciamento ambiental sejam padronizadas, evitando que cada analista/gestor ambiental estabeleça seus próprios critérios e métodos de análise. Com a criação das Câmaras Técnicas, com caráter deliberativo e normativo, permite-se que os processos de cada regional do Sisema seja analisado pelo mesmo conselho, o que fomenta a padronização das decisões administrativas relacionadas ao licenciamento ambiental.
Núcleo de Normas e Procedimentos - NUNOP/SEMAD	Anelisa Mota/NUNOP	Serviços. Está em revisão a minuta de alteração da Deliberação Normativa n.º 74/2004. Estão em elaboração minutas de decretos da organização e das competências das entidades vinculadas ao Sisema (IEF, FEAM e IGAM). Ressalta-se, ainda, que foram criadas Câmaras Técnicas Especializadas por meio do Decreto Estadual n.º 46.953/2016. Além disso, está prevista a realização de treinamentos para todas as Superintendências Regionais de Meio Ambiente, para a Superintendência de Projetos Prioritários e demais servidores da regularização ambiental com o objetivo de orientá-los quanto à análise técnica dos processos de licenciamento ambiental relacionados às atividades minerárias, promovendo-se maior alinhamento institucional.	

Prazo	Cronograma Executivo (físico/financeiro)	Atualização
Contínuo	Elaboração de Orientações e Instruções de Serviço	<p>Atualização fevereiro/2020: Com a publicação da Lei nº 23.304, de 30 de maio de 2019, do Decreto nº 47.787, de 13 de dezembro de 2019, e da Resolução Semad nº 2.926, de 08 de janeiro de 2020, a Assessoria de Normas e Procedimentos foi substituída pelo Núcleo de Normas e Procedimentos, vinculado ao Gabinete da Semad. Dentre as competências do novo núcleo, destaca-se a seguinte "revisar as instruções de serviço de natureza técnica, relativas à execução dos atos autorizativos, à fiscalização e ao monitoramento ambiental, elaboradas pela unidade competente do Sisema, encaminhando-as para divulgação no sítio eletrônico da Semad". Desde a última atualização do plano de ação, em agosto de 2019, foram elaboradas as seguintes Instruções de Serviço Sisema: Instrução de Serviço Sisema 06/2019 - Procedimentos para análise, acompanhamento e conclusão, no âmbito interno do Sisema, das solicitações de licenciamento ambiental realizadas por meio do novo Sistema de Licenciamento Ambiental do Estado de Minas Gerais; Instrução de Serviço Sisema 01/2020 Procedimentos para prorrogação dos prazos de validade das licenças de operação.</p> <p>5º monitoramento: Não houve edição de orientações ou instruções de serviço pela Suram no período entre o 4º monitoramento e este.</p> <p>6º monitoramento: Não houve edição de orientações ou instruções de serviço pela Suram no período entre o 5º monitoramento e este.</p> <p>7º monitoramento: Desde a última atualização do plano de ação, em março de 2021, foram elaboradas a Instrução de Serviço Sisema 04/2021 - Procedimentos e fluxos para a tramitação de atos normativos e instrumentos de orientação no âmbito do Sisema, bem como a Instrução de Serviço Sisema 05/2021 - Procedimentos para análise de requerimentos de intervenção ambiental em áreas brejosas, caracterizadas pela existência de solos hidromórficos, e Revisão da Instrução de Serviço Sisema nº 04/2018 - Procedimentos e diretrizes para análise, aprovação e acompanhamento dos programas de educação ambiental exigíveis nos processos administrativos de licenciamento ambiental.</p>

17 a 19 de outubro/2017	Curso de capacitação para todas as Superintendências Regionais de Meio Ambiente, para a Superintendência de Projetos Prioritários e demais servidores da regularização ambiental acerca do licenciamento ambiental das atividades de mineração, nas quais se inclui a atividade de minério de ferro.	<p>Atualização fevereiro/2020: desde o último monitoramento, foram realizadas visitas às Supram's Central Metropolitana, Norte de Minas e Superintendência de Projetos Prioritários a fim de promover alinhamento e divulgar procedimentos às equipes de regularização. Ademais, foram realizadas capacitações internas para uso do sistema SLA em 01/10/19, 02/10/19, 23/10/19 e 24/10/19.</p> <p>5º monitoramento: foram realizadas duas vídeoconferências pela Suara, que teve como público-alvo as diretorias técnica e jurídica das Suprams e Suppri, em 11/02/2020 e em 03/03/2020. Ademais, foi realizado um treinamento à Supram CM, coordenado pela Asger, em que a Suara ministrou os seguintes temas à toda equipe da Supram: em 06/08/2020 - Interpretação de Normas Jurídicas; Normativas basilares e gerais – Licenciamento ambiental; Lei 13.784/2019; Decreto 10.178/2019; Lei 13.869/2019; Lei</p>
-------------------------	--	---

		<p>13.655/2018; Ponderações iniciais sobre o SLA; Lei 14.184/2002; em 07/08/2020 - Conferência documental para processos (processos físicos ou digitais) - uso do SLA; e em 10/08/2020 - Formalização de Processos no SLA – LAS Cadastro, Certidão de Dispensa, LAS RAS e Convencional. Tais capacitações servem para o aprimoramento da análise de processos de licenciamento ambiental, inclusive de mineração de minério de ferro.</p> <p>6º monitoramento: Foi realizado treinamento à Supram ZM, coordenado pela Asger, em que a Suara ministrou os seguintes temas à toda equipe da Supram: em 22/09/2020 - Interpretação de Normas Jurídicas; Normativas basilares e gerais – Licenciamento ambiental; Lei 13.784/2019; Decreto 10.178/2019; Lei 13.869/2019; Lei 13.655/2018; Ponderações iniciais sobre o SLA; Lei 14.184/2002; em 07/08/2020 - Conferência documental para processos (processos físicos ou digitais) - uso do SLA; e em 23/09/2020 - Formalização de Processos no SLA – LAS Cadastro, Certidão de Dispensa, LAS RAS e Convencional. Tais capacitações servem para o aprimoramento da análise de processos de licenciamento ambiental, inclusive de mineração de minério de ferro.</p> <p>7º monitoramento: Capacitação para análise de processos de licenciamento ambiental de atividades minerárias – Módulos I e II já executados, respectivamente em 17 e 18 de junho e 1, 2, 6, 7 e 8/07. Módulo III em execução com previsão de conclusão em 30 de setembro.</p>
Até dezembro/2017	Aprovação final da revisão da DN 74/04	<p>1º monitoramento: A revisão da DN 74 foi aprovada em 06/12/17, resultando na nova DN 217, com vigência a partir de 06/03/18. Para acessar seu conteúdo clique em http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=45558</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 2º monitoramento</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 3º monitoramento</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 4º monitoramento</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 5º monitoramento</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 6º monitoramento</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 7º monitoramento</p>
Até dezembro/2018	Publicação dos decretos IEF, FEAM e IGAM	<p>1º monitoramento: Foram publicados os Decretos de Competências do IEF Decreto nº 47344, de 23/01/2018 do Igam, Decreto nº 47343, de 23/01/2018, ambos foram publicados no dia 24/01/2018 conforme</p>

7º Monitoramento de Auditoria Operacional n.º 1031303

		<p>link: http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/handle/123456789/194466 e da FEAM, decreto nº 47.347, de 24/01/2018, publicado em 25/01/2018, conforme link: http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/handle/123456789/194543</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 2º monitoramento</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 3º monitoramento</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 4º monitoramento</p> <p>5º monitoramento: Com a publicação da Lei nº 23.304, de 30 de maio de 2019, foi necessária a revogação do Decreto de Competências do IEF (Decreto nº 47.344/2018), do Decreto de Competências do Igam (Decreto nº 47.343/2018) e do Decreto de Competências da Feam (Decreto nº 47.347/2018), sendo editados os decretos nº 47.760/2019 (http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/?dataJornal=2019-11-21),</p>
		<p>47.866/2020 (http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/?dataJornal=2020-02-20) e 47.892/2020 (http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/?dataJornal=2020-03-24), constando as competências da Feam, do Igam e do IEF, respectivamente.</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 6º monitoramento</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 7º monitoramento</p>

RECOMENDAÇÃO 7

7) Criar Termos de Referência específicos para elaboração do Estudo de Impacto Ambiental – EIA e do Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, relativos aos empreendimentos de minério de ferro, considerando o meio ambiente como um todo (natural, socioeconômico, patrimônio histórico e arqueológico);

Identificação do problema			
Órgão	Ponto focal	Ação a ser tomada	Benefício previsto
Superintendência de Apoio à Regularização Ambiental - SUARA/SURAM/SEMAD	Fernando Baliani/SUARA	Criação de Grupo de Trabalho mediante a Resolução Conjunta Semad/FEAM/IEF/IGAM n.º 2.489/2017, que tem por objetivo a elaboração de Termo de Referência do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas para a atividade minerária, Relatório de Paralisação Temporária da Atividade Minerária, revisão do Termo de Referência do Plano Ambiental de Fechamento de Mina e revisão da DN n.º 127/2008. Está em revisão a minuta de alteração da Deliberação Normativa n.º 74/2004, a qual proporcionará mudanças nos procedimentos de regularização ambiental e acarretará a necessidade de alteração dos Termos de Referência existentes, assim como a criação de novos Termos de Referência específicos de acordo com os critérios locais. Este trabalho será desenvolvido em conjunto pela Semad e FEAM.	* Atuação uniforme nos órgãos do Sisema para as ações relacionadas às atividades minerárias; * Maior eficiência na recuperação de áreas degradadas pelas atividades minerárias; * Sistemática única para paralisação temporária de atividades minerárias, bem como para fechamento de minas.
Gerência de Pesquisas e Projetos - GEPRO/FEAM	Renata Araújo/FEAM		
Prazo	Cronograma Executivo (físico/financeiro)	Atualização	

26 de junho/2017	Primeira reunião do Grupo de Trabalho criado pela Resolução Conjunta Semad/FEAM/IEF/IGAM n.º 2.489/2017. Objetivo: apresentação dos membros e dos objetivos do GT.	<p>1º monitoramento: Pauta da revisão da DN 127 no COPAM em 21/02/18. Foi feito pedido de vistas e retornou no dia 21/03/18, quando foi aprovada com alterações, resultando na Deliberação Normativa Copam nº 220, de 21 de março de 2018, publicada em 28/03/2018, conforme link a seguir: http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/handle/123456789/197953</p> <p>A revisão do Termo de Referência do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas para a atividade minerária, do Relatório de Paralisação Temporária da Atividade Minerária e do Termo de Referência do Plano Ambiental de Fechamento de Mina foram concluídos em novembro/2017.</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 2º monitoramento</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 3º monitoramento</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 4º monitoramento</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 5º monitoramento</p> <p>Ação concluída – sem atualização para o 6º monitoramento</p> <p>Ação concluída – sem atualização para o 7º monitoramento</p>
19 de julho/2017	Segunda reunião do Grupo de Trabalho criado pela Resolução Conjunta Semad/FEAM/IEF/IGAM n.º 2.489/2017. Objetivo: apresentação de novas normas do DNPM pelo próprio DNPM e uma apresentação sobre as novas regras do licenciamento ambiental.	
08 de agosto/2017	Terceira reunião do Grupo de Trabalho criado pela Resolução Conjunta Semad/FEAM/IEF/IGAM n.º 2.489/2017. Objetivo: início das discussões sobre a minuta de alteração da DN COPAM 127/2008.	
05 de setembro/2017	Quarta reunião do Grupo de Trabalho criado pela Resolução Conjunta Semad/FEAM/IEF/IGAM n.º 2.489/2017. Objetivo: continuidade das discussões sobre a DN COPAM 127/2008.	
Até novembro/2017	Término dos trabalhos do Grupo de Trabalho criado pela Resolução Conjunta Semad/FEAM/IEF/IGAM n.º 2.489/2017.	
Até dezembro/2017	Aprovação final da revisão da DN 74/04	
		<p>1º monitoramento: A revisão da DN 74 foi aprovada em 06/12/17, resultando na nova DN 217, com vigência a partir de 06/03/18. Para acessar seu conteúdo clique em http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=45558</p>

		<p>Ação concluída - sem atualização para o 2º monitoramento</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 3º monitoramento</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 4º monitoramento</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 5º monitoramento</p> <p>Ação concluída – sem atualização para o 6º monitoramento</p> <p>Ação concluída – sem atualização para o 7º monitoramento</p>
A ser definido	Alteração dos Termos de Referência existentes, assim como a criação de novos Termos de Referência específicos de acordo com os critérios locacionais.	<p>1º monitoramento: 1) Em atendimento à DN 217/2017, foram elaborados e disponibilizados no sítio eletrônico da SEMAD os seguintes Termos de Referência para elaboração do relatório ambiental simplificado (RAS): GERAL (utilizar somente quando não houver termo específico); Atividades minerárias (Listagem A, exceto Gás Natural; Gás Natural); A-05-05-3 Estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários (somente para ampliação); E-01-18-1 Correia transportadora externa aos limites de empreendimentos minerários; E-01-10-4 Dutos para transporte e distribuição de gás natural, exceto malha de distribuição; Código F-06-01-7 Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação. 2) Foram elaborados e disponibilizados no sítio eletrônico da SEMAD os seguintes Termos de Referência dos critérios locacionais - 2.1) subsidiados pelo IEF: Localização prevista em Unidade de Conservação de Proteção Integral, nas hipóteses previstas em Lei; Supressão de vegetação nativa em áreas prioritárias para conservação, considerada de importância biológica “extrema” ou “especial”, exceto árvores isoladas; Supressão de vegetação nativa, exceto árvores isoladas; Localização prevista em zona de amortecimento de Unidade de Conservação de Proteção Integral, ou na faixa de 3 km do seu entorno quando não houver zona de amortecimento estabelecida por Plano de Manejo; excluídas as áreas urbanas; Localização prevista em Unidade de Conservação de Uso Sustentável, exceto APA; Localização prevista em Reserva da Biosfera, excluídas as áreas urbanas; Localização prevista em Corredor Ecológico formalmente instituído, conforme previsão legal; e Localização prevista em áreas designadas como Sítios Ramsar; 2.2) Subsidiados pelo IGAM: Localização prevista em área de drenagem a montante de trecho de curso d’água enquadrado em classe especial; Captação de água superficial em Área de Conflito por uso de recursos hídricos; Localização prevista em área de alto ou muito alto grau de potencialidade de</p>

		<p>ocorrência de cavidades, conforme dados oficiais do CECAV-ICMBio.</p> <p>Está planejada revisão do Termo de Referência inerente ao RCA e EIA/RIMA, com prazo para dezembro de 2018.</p> <p>Os termos de referência podem ser acessados através do link: http://www.meioambiente.mg.gov.br/sem-categoria/351-termos-de-referencia</p> <p>2º monitoramento: Atualização dos Termos de Referência de Inventariamento da Fauna Aquática e Terrestre e de Monitoramento, Resgate e Salvamento da Fauna Terrestre; Disponibilização das metodologias para levantamento de fauna (anfíbios, aves, invertebrados, mamíferos de médio e grande porte, mamíferos voadores, pequenos mamíferos e répteis).</p> <p>Com relação aos Termos de Referência inerentes ao RCA e EIA/RIMA, as minutas foram finalizadas pela Feam em dezembro/2018 e estão em discussão interna com a Subsecretaria de Regularização Ambiental da Semad. O prazo para finalização do trabalho é junho/2019.</p> <p>3º monitoramento: O termo de referência de EIA/RIMA foi analisado pela Semad e retornou à Feam para adequações junto ao Igam e IEF. O novo prazo para finalização do trabalho é dezembro/2019. As revisões dos termos de referência para RCA estão em análise na Subsecretaria de Regularização Ambiental da Semad e o prazo previsto para conclusão é dezembro/2019.</p> <p>4º monitoramento: Cronograma do 3º monitoramento com readequação dos prazos, tendo em vista a regulamentação da Lei de Barragens. O novo prazo para finalização do trabalho é junho/2020. As revisões dos termos de referência para RCA estão em análise na Subsecretaria de Regularização Ambiental da Semad e o prazo previsto para conclusão é junho/2020.</p> <p>5º monitoramento: Sobre a atualização e criação de Termos de Referência, foi atualizado o Termo de Referência para EIA/RIMA de empreendimentos lineares em operação (LOC), a qual se encontra sob apreciação das instâncias superiores para publicação. Foi criado também o Termo de Referência para Relatório Técnico de Situação, a ser aplicado enquanto perdurar a situação de pandemia do novo coronavírus. Não foram concluídos outros Termos de Referência no período de</p>
--	--	---

		<p>monitoramento. O prazo para conclusão dos Termos de Referência de EIA e de RCA é dezembro/2020.</p> <p>6º monitoramento: Foi elaborado Termo de Referência Geral para Elaboração de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) para Licenciamento Prévio, disponível em: http://www.meioambiente.mg.gov.br/images/stories/2021/REGULARIZACAO/TRs/TR_Geral_EIA_-_Rima_-_DATEN_jan.2021.pdf</p> <p>7º monitoramento: Revisão do Termo de Referência Geral para Elaboração de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) para Licenciamento Prévio, disponível em: http://www.meioambiente.mg.gov.br/imprensa/noticias/1167-terminos-de-referencia-para-elaboracao-de-estudo-de-impacto-relatorio-de-impacto-ambiental-eiarima . Elaboração de Termo de Referência para elaboração de Relatório Técnico para Solicitação de Dispensa de Apresentação de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) E Relatório de Impacto Ambiental, disponível em http://www.meioambiente.mg.gov.br/images/stories/2021/REGULARIZACAO/TRs/TR_Estudo_Solicitacao%20A7%20Dispensa_EIARima.docx.pdf</p>
--	--	--

RECOMENDAÇÃO 8

8) Manter a atualização do Formulário de Orientação Básica Integrado – FOBI, observadas as mudanças da legislação ambiental;

Identificação do problema			
Órgão	Ponto focal	Ação a ser tomada	Benefício previsto
Superintendência de Apoio à Regularização Ambiental - SUARA/SURAM/ SEMAD	Fernando Baliani/SUARA	Está em revisão a minuta de alteração da Deliberação Normativa n.º 74/2004, sendo que após sua aprovação pretende-se a atualização de todos os FOBs, conforme as novas diretrizes. Assim, após definição da documentação necessária à formalização dos processos de regularização ambiental, o sistema deverá ser atualizado e as Suprams orientadas para padronização da aplicação.	* Estabelecimento de estudos específicos relacionados aos empreendimentos e atividades, o que demandará FCEs específicos às atividades e, por conseguinte, gerará FOBs específicos; * Atualização da base documental dos procedimentos operacionais; * Atualização dos procedimentos; * Padronização dos fluxos de trabalho; * Uniformidade e padronização de documentos para formalização de processo pelo empreendedor; * Transparência na informação ambiental.
Superintendência de Tecnologia da Informação - STI/SUTAF/SEMAD	Tiago Aroeira/STI		
Superintendência de Políticas Regionais - SUPOR/SUTAF/ SEMAD	Liana Notari/ASGER		
Prazo	Cronograma Executivo (físico/financeiro)	Atualização	
1º semestre/2018	Atualização de FOBs e FCEs	1º monitoramento: Foi instituído o Formulário de Caracterização do Empreendimento (FCE) eletrônico, acessado no Sistema Requerimento de Licenciamento Ambiental, plataforma destinada a fornecer o primeiro passo para a regularização ambiental, ou seja, a requisição para que se instaure o processo de licenciamento ambiental. Essa requisição, atualmente, obedece a padrão único de formulário, o que aumenta assertividade das informações e agiliza o processo. Por meio do sistema mencionado também é gerada a orientação para formalização de licenciamento, no que se refere à relação de documentos necessários à instrução do processo. A referida relação de documentos foi objeto de um trabalho minucioso e progressivo de revisão, cujo	

		<p>encerramento ocorreu em 30/07/2018. O FCE pode ser acessado para preenchimento no sistema de requerimento de licenciamento ambiental, conforme link a seguir http://licenciamento.meioambiente.mg.gov.br/. Na aba FCE eletrônico basta acessar o link indicado sobre o FCE e ao abrir a planilha, a tela 9 apresenta os documentos necessários.</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 2º monitoramento</p> <p>3º monitoramento: as versões do FOB e FCE estão sendo atualizadas constantemente, de acordo com necessidades identificadas. Em 2019, foram disponibilizadas duas atualizações: Versão 10 - disponível em 22/05/2019 e versão 11 - disponível em 03/07/2019. A versão mais atual pode ser acessada pelo link http://licenciamento.meioambiente.mg.gov.br/. Na aba "FCE Eletrônico" basta acessar o link indicado sobre o FCE.</p> <p>4º monitoramento: Em 05/11/2019 foi lançado o novo Sistema de Licenciamento Ambiental, o SLA, que promove a caracterização do empreendimento por meio de diversas telas em que o empreendedor insere as informações relativas ao seu empreendimento ou atividade. Ao fim, a listagem de documentos necessária à formalização é gerada ao empreendedor, que deve fazer o upload dos mesmos. Nesse sentido, perdeu-se o objeto da presente ação, o qual foi substituído pelo fluxo do SLA. O SLA pode ser acessado pelo portal Ecosistemas, pelo link: http://ecossistemas.meioambiente.mg.gov.br/portalseguranca/</p> <p>5º monitoramento: como relatado no monitoramento anterior, o uso dos formulários FCEi e FOBi foi descontinuado devido à instituição do Sistema de Licenciamento Ambiental no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que foi publicado pela Resolução SEMAD nº 2.890, de 2019, acessível o link http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/handle/123456789/226065.</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 6º monitoramento</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 7º monitoramento</p>
2º semestre/2018	Atualização do sistema e orientação às Suprams	<p>1º monitoramento: Em 16/03/18, foram disponibilizados às Suprams os logins de acesso ao sistema de requerimento de licenciamento ambiental, junto com o Manual de Operação, que pode ser acessado através do link: http://licenciamento.meioambiente.mg.gov.br/site/legislacao</p> <p>2º monitoramento: Listagem de documentos gerais para emissão de FOB por</p>

		<p>modalidade foi revista e atualizada no Siam. Elaboração e divulgação interna do Manual de Procedimentos para processamento interno dos requerimentos de Licenciamento Ambiental a serem seguidos pelas Suprams.</p> <p>3º monitoramento: O FCE eletrônico é constantemente atualizado conforme necessidades de aperfeiçoamento observadas. Atualmente, o FCE se encontra em sua versão 11.0, datada de julho de 2019. As versões com as respectivas orientações são sempre repassadas às Suprams.</p> <p>4º monitoramento: Em 05/11/2019 foi lançado o novo Sistema de Licenciamento Ambiental, o SLA, que promove a caracterização do empreendimento por meio de uma sequência de telas em que o empreendedor insere as informações relativas ao seu empreendimento ou atividade. Ao fim, a listagem de documentos necessária à formalização é gerada ao empreendedor, que deve fazer o upload dos mesmos. Foram oferecidos treinamentos a pontos focais nas Suprams. Quanto a esta ação, pode-se observar que se perdeu o objeto, o qual foi substituído pelo fluxo do SLA. O SLA pode ser acessado pelo portal Ecossistemas, pelo link: http://ecossistemas.meioambiente.mg.gov.br/portalseguranca/</p> <p>5º monitoramento: O Sistema de Licenciamento Ambiental (SLA) é atualizado conforme há a verificação de atualizações normativas e também para a inclusão de melhorias e funcionalidades. Quanto à orientação às Suprams, desde o último monitoramento, houve uma videoconferência destinada a todas as Suprams e Suppri sobre as regras e o uso do SLA em 03/03/2020 e houve um treinamento específico para a Supram CM sobre o mesmo tema nos dias 07/08/2020 e 10/08/2020.</p> <p>6º monitoramento: Foi realizado treinamento à Supram ZM, coordenado pela Asger, em que a Suara ministrou os seguintes temas à toda equipe da Supram: em 22/09/2020 - Interpretação de Normas Jurídicas; Normativas basilares e gerais – Licenciamento ambiental; Lei 13.784/2019; Decreto 10.178/2019; Lei 13.869/2019; Lei 13.655/2018; Ponderações iniciais sobre o SLA; Lei 14.184/2002; em 07/08/2020 - Conferência documental para processos (processos físicos ou digitais) - uso do SLA; e em 23/09/2020 - Formalização de Processos no SLA – LAS Cadastro, Certidão de Dispensa, LAS RAS e Convencional.</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 7º monitoramento</p>
--	--	---

RECOMENDAÇÃO 9

9) Observar o disposto no inciso V do art. 41 da Lei Federal nº 10.257, de 2001, quanto à necessidade de plano diretor para cidades inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional;

Identificação do problema			
Órgão	Ponto focal	Ação a ser tomada	Benefício previsto
Subsecretaria de Regularização Ambiental - SURAM/SEMAD	N/A	Ao contrário da Lei Federal n.º 9.985, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, a Lei Federal n.º 10.257/2001 não discorreu sobre os mecanismos para que se adotem medidas de compensação, no âmbito do licenciamento ambiental, para a elaboração do plano diretor. A ausência de norma a regulamentar as medidas de compensação, no âmbito do licenciamento ambiental, para a elaboração do plano diretor municipal, inviabiliza o seu cumprimento.	Depende de regulamentação no âmbito federal
Prazo	Cronograma Executivo (físico/financeiro)	Atualização	
N/A	art.41 do Estatuto da Cidade pendente de regulamentação para aplicação no âmbito dos estados	<p>1º monitoramento: Está sendo discutida com a Secretaria de estado de Cidades e Integração Regional - Secir a minuta de Decreto que regulamenta o art. 41 , inciso V, parágrafo 1º da Lei Federal 10.257/2001, cuja previsão de conclusão é dezembro/2018.</p> <p>2º monitoramento: A minuta de Decreto que regulamenta o art. 41 , inciso V, parágrafo 1º da Lei Federal 10.257/2001, foi concluída pela Semad em conjunto com a Secir. A Secir está responsável pela elaboração da exposição de motivos para publicação do decreto. Com a mudança do governo, está sendo retomado o contato com a Secir para finalização da proposta até 30/06/2019.</p>	

		<p>3º monitoramento: Com a mudança do governo e extinção da Secir, cujas competências foram realocadas para outras Secretarias, ficando a competência relacionadas ao planejamento urbano na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - Sede, as tratativas foram retomadas. Encontra-se em fase de discussão para finalização a minuta do Decreto, com previsão de conclusão até 30/12/2019.</p> <p>4º monitoramento: A minuta de Decreto foi finalizada pelas Secretarias envolvidas (Sede e Semad), e encontra-se aguardando retorno da Consultoria Técnico -Legislativa -CTL , órgão do governo responsável pela articulação de atos normativos, para trâmites legais.</p> <p>5º monitoramento: O processo que trata da regulamentação do inciso V do art. 41 da Lei Federal nº 10.257, de 2001 tramita pelo SEI nº 1370.01.0018117/2019-94. Em consulta ao mesmo, observou-se que o processo permanece sob análise da Consultoria Técnico-Legislativa - CTL, órgão do governo responsável pela articulação de atos normativos, para trâmites legais.</p> <p>6º monitoramento: O processo SEI acima referenciado continua sob análise da CTL. Em 04/02/2021 foi solicitada pela CTL análise de considerações e sugestões, que foram encaminhadas pela Suram/Suara em 19/02/2021.</p> <p>7º monitoramento: O processo SEI acima referenciado continua sob análise da CTL.</p>
--	--	--

RECOMENDAÇÃO 10

10) Tomar as providências e medidas necessárias ao cumprimento das obrigações estatuídas na Deliberação Normativa COPAM nº 127, de 2008, que estabelece diretrizes e procedimentos para avaliação ambiental da fase de fechamento de mina, mediante controle do SISEMA, por meio de procedimentos fiscalizatórios, auditorias, relatórios de avaliação, realizados pelos órgãos ambientais competentes.

Identificação do problema			
Órgão	Ponto focal	Ação a ser tomada	Benefício previsto
Superintendência de Apoio à Regularização Ambiental - SUARA/SURAM/SEMAD	Fernando Baliani/SUARA	Criação de Grupo de Trabalho mediante a Resolução Conjunta Semad/FEAM/IEF/IGAM n.º 2.489/2017. Elaboração de Termo de Referência do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas para a atividade minerária, Relatório de Paralisação Temporária da Atividade Minerária, revisão do Termo de Referência do Plano Ambiental de Fechamento de Mina e revisão da DN n.º 127/2008. A primeira reunião ocorreu em 26/06/17.	* Revisão das normas estaduais; * Padronização dos estudos ambientais; * Melhoria na gestão e fiscalização de minerações.
Gerência de Qualidade do Solo e Reabilitação de Áreas Degradadas - FEAM	Renata Araújo /FEAM		
Prazo	Cronograma Executivo (físico/financeiro)	Atualização	
26 de junho/2017	Primeira reunião do Grupo de Trabalho criado pela Resolução Conjunta Semad/FEAM/IEF/IGAM n.º 2.489/2017. Objetivo: apresentação dos membros e dos objetivos do GT.	1º monitoramento: Pauta da revisão da DN 127 no COPAM em 21/02/18. Foi feito pedido de vistas e retornou no dia 21/03/18, quando foi aprovada com alterações resultando na Deliberação Normativa Copam nº 220 , de 21 de março de 2018, publicada em 28/03/2018, conforme link a seguir: http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/handle/123456789/197953 A revisão do Termo de Referência do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas para a atividade minerária, do Relatório de Paralisação Temporária da Atividade Minerária e	
19 de julho/2017	Segunda reunião do Grupo de Trabalho criado pela Resolução Conjunta Semad/FEAM/IEF/IGAM n.º 2.489/2017. Objetivo: apresentação		

	de novas normas do DNPM pelo próprio DNPM e uma apresentação sobre as novas regras do licenciamento ambiental.	<p>do Termo de Referência do Plano Ambiental de Fechamento de Mina foram concluídos em novembro/2017.</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 2º monitoramento</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 3º monitoramento</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 4º monitoramento</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 5º monitoramento</p> <p>Ação concluída – sem atualização para o 6º monitoramento</p> <p>Ação concluída – sem atualização para o 7º monitoramento</p>
08 de agosto/2017	Terceira reunião do Grupo de Trabalho criado pela Resolução Conjunta Semad/FEAM/IEF/IGAM n.º 2.489/2017. Objetivo: início das discussões sobre a minuta de alteração da DN COPAM 127/2008.	
05 de setembro/2017	Quarta reunião do Grupo de Trabalho criado pela Resolução Conjunta Semad/FEAM/IEF/IGAM n.º 2.489/2017. Objetivo: continuidade das discussões sobre a DN COPAM 127/2008.	
até novembro/2017	Término dos trabalhos do Grupo de Trabalho criado pela Resolução Conjunta Semad/FEAM/IEF/IGAM n.º 2.489/2017.	

Recomendação 11

11) Realizar estudos sobre a evasão dos técnicos da SEMAD, objetivando o encaminhamento de projeto de lei à Assembleia Legislativa, de modo a criar mecanismos que incentivem a permanência daqueles profissionais na carreira de Analista Ambiental.

Identificação do problema			
Órgão	Ponto focal	Ação a ser tomada	Benefício previsto
SUTAF	Renato Alves Pereira/SGDP	Implementação efetiva do acordo judicial homologado, que depende das ações SEPLAG, SECCRI e AGE no âmbito do poder executivo e da aprovação da ALMG no âmbito do legislativo.	<ul style="list-style-type: none"> * Incentivo à permanência dos servidores pertencentes às carreiras do Grupo de Atividades de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. * Melhoria do clima organizacional * Entrega de resultados mais satisfatórios para a sociedade
Prazo	Cronograma Executivo (físico/financeiro)	Atualização	
Publicação do Decreto em até 10 dias, após o Estado de Minas Gerais superar as vedações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, ou seja, os gastos com despesa de pessoal serem inferiores a 46,55% da receita corrente líquida. Publicação da Lei após aprovação na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (o PL deverá tramitar em regime de urgência) e sanção do Governador, ambas as publicações conforme Acordo Homologado pelo Tribunal de Justiça do Estado de MG.	N/A	<p>5º monitoramento: O Estado permanece com as vedações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF. Nesse sentido, não houve atualização dessa ação para o 5º monitoramento.</p> <p>6º monitoramento: O Estado permanece com as vedações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF. Nesse sentido, não houve atualização dessa ação para o 6º monitoramento.</p> <p>7º monitoramento: O Estado permanece com as vedações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF. Nesse sentido, não houve atualização dessa ação para o 7º monitoramento.</p>	

RECOMENDAÇÃO 12

12) Avaliar, por ocasião do provimento de cargos e da movimentação de pessoal, a necessidade de distribuição proporcional dos servidores entre as Superintendências da SEMAD, considerando, entre outros critérios, a complexidade administrativa, a relevância econômico-social, o quantitativo de áreas passíveis de licenciamento ambiental para atividades decorrentes da exploração do minério de ferro e o estoque de processos existentes em cada unidade

Identificação do problema			
Órgão	Ponto focal	Ação a ser tomada	Benefício previsto
Superintendência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas - SGDP/SUTAF/ SEMAD	Renato Alves Pereira/SGDP	<p>A SEMAD tem elaborado materiais técnicos visando ao mapeamento e planejamento da sua força de trabalho como forma de subsidiar o desenvolvimento dos trabalhos referentes a produtividade setorial das Superintendências Regionais de Meio Ambiente - Suprams. Fazem parte do conjunto desses materiais técnicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mapeamento e Planejamento da Força de Trabalho – importante ferramenta para a Gestão de Pessoas, que tem como objetivo o aumento da qualidade na execução dos serviços prestados, em decorrência da alocação de pessoas, no quantitativo ideal, de acordo com as competências necessárias para o desempenho eficaz das atividades. • Relatório Gerencial – que tem por objetivo identificar os processos executados pelas Suprams, mediante a coleta dos dados provenientes dos 	Melhor distribuição proporcional dos servidores entre as Suprams, considerando a complexidade administrativa, a relevância econômico-social, o quantitativo de áreas passíveis de licenciamento, bem como o número de processos de licenciamento existentes nas Suprams.

		<p>relatórios elaborados pelas Subsecretarias de Regularização Ambiental, de Fiscalização Ambiental e de Gestão Regional, com a análise dos resultados alcançados, projeções de desempenho e proposição de ações para aperfeiçoamento dos processos.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Alinhamento Estratégico - referente à performance no Licenciamento Ambiental, com a Representatividade do Licenciamento nas Suprams desde 2013; o Perfil Histórico da Evolução do Passivo do Licenciamento Ambiental; a Tendência de Agravamento da Acumulação do Passivo do Licenciamento; a Performance Geral das Suprams e por Supram individualizada da Entrada e Finalização de Processos do Licenciamento Ambiental. * Em ocasião da remodelagem da Semad, pela Lei 21.972/16 e Decreto 47.042/16, todas as Suprams foram visitadas e houve avaliação e distribuição dos servidores disponíveis nas unidades administrativas 	
Prazo	Cronograma Executivo (físico/financeiro)	Atualização	
Ações já realizadas e contínuas	<p>Cronograma de visitas e treinamentos realizados em 2017 nos Regionais do Sisema, na Remodelagem Institucional:</p> <p>Sul de Minas (Varginha): 28/09 a 30/09; Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba</p>	<p>1º monitoramento: Após a publicação dos Decretos de Competências do Igam, da Feam e do IEF, em janeiro/2018, foi realizada nova análise para redistribuição de pessoas, considerando as novas estruturas e competências assumidas pelas entidades, atendendo, dentro do possível, uma distribuição proporcional de servidores entre as unidades do Sisema.</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 2º monitoramento</p>	

	<p>(Uberlândia): 04/10 a 06/10; Norte de Minas (Montes Claros): 18/10 a 20/10; Alto São Francisco (Divinópolis): 25/10</p> <p>a 27/10; Jequitinhonha (Diamantina): 08/11 a 10/11; Leste Mineiro (Governador Valadares): 22/11 a 25/11; Central Metropolitana (Belo Horizonte): 30/11 a 02/12; Zona da Mata (Ubá): 05/12 a 07/12; Noroeste (Unaí): 13/12 a 16/12.</p>	<p>Ação concluída - sem atualização para o 3º monitoramento</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 4º monitoramento</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 5º monitoramento</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 6º monitoramento</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 7º monitoramento</p>
--	---	--

RECOMENDAÇÃO 13

13) Capacitar os Analistas Ambientais para o exercício das funções inerentes ao cargo, com base em diagnóstico das necessidades demandadas pelas SUPRAMS (alínea — "e" do subitem 3.3.1 da fundamentação)

Identificação do problema			
Órgão	Ponto focal	Ação a ser tomada	Benefício previsto
Superintendência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas - SGDP/SUTAF/ SEMAD	Renato Alves Pereira	A SEMAD, desde o início do ano de 2017, tem executado ações de desenvolvimento, com o propósito de criar a mentalidade da aprendizagem contínua e do autodesenvolvimento do seu quadro de servidores, utilizando como instrutores os servidores pertencentes às carreiras do Grupo de Atividades de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável com experiência e conhecimento avançado na matéria. Nesse primeiro momento, o foco está sobre o Licenciamento Ambiental, conforme cronograma dos cursos abaixo, atendendo fortemente às demandas encaminhadas pelas Suprams	<ul style="list-style-type: none"> * Embuir o servidor efetivo de conhecimento técnico/jurídico sobre suas atividades laborativas; * Valorizar os servidores das carreiras do meio ambiente; * Propiciar o conhecimento técnico/científico institucional; * Incentivar a permanência do servidor nas organizações estatais; * Fomentar a padronização da aplicação de normas e procedimentos
Prazo	Cronograma Executivo (físico/financeiro)	Atualização	
Março/2017	Lavatura de Autos de Infração	Atualização fevereiro/2020: No final de 2019 ocorreram os seguintes cursos: Inspeção em Segurança de Barragens, VI Encontro Formativo de Educação Ambiental para a Gestão das Águas, Nova Regulamentação de Outorga, Ética e Regime Disciplinar, Educação Ambiental: Princípios, Conceitos e Metodologias, Manual de Utilização Sistema CAR, Manual de Utilização Sistema MTR, Instrumentos de Gestão sob outra	
Abril/2017	Abate de Animais e Frigoríficos		
Maio/2017	Introdução à Espeleologia		
Junho/2017	Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos Industriais		

Julho/2017	Emissões Atmosféricas	<p>Perspectiva, Desafios da Gestão Municipal de Resíduos Sólidos Urbanos e Esgotamento Sanitário, Desafios para a Preservação das Áreas de Preservação Permanente, O Novo Marco Legal de Segurança das Barragens de Água e os Conflitos pelo Uso das Águas, O Novo Marco Regulatório das Barragens de Mineração.</p> <p>Para o ano de 2020 estão previstas as seguintes capacitações, conforme cronograma em anexo: Práticas de Análise Espacial com o QGIS, CBH Capacitação Diretorias - Práticas e Procedimentos, Comitês de Bacia Práticas - Cobrança, Outorga e plano e enquadramento, Compensação Mata Atlântica, Curso Formação de Instrutores em Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais, Estratégias de Fiscalização, Fiscalização das Atividades Potencialmente Poluidoras, Fiscalização Fauna, flora, pesca, e recursos hídricos, Sistema de Consulta e Requerimento de Audiência Pública, Protocolo de Documentos nas Suprams e Suppri via SEI, Sistema de Decisões dos Processos de Licenciamento Ambiental, Sistema de Consulta e Decisões de Outorga.</p> <p>5º monitoramento: Até o mês de agosto ocorreram os seguintes cursos: Práticas de Análise Espacial com o QGIS e Curso Formação de Instrutores em Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais.</p> <p>Em função da pandemia (isolamento social e regime de teletrabalho desde 23/03/2020) e do ambiente virtual de aprendizagem - Trilhas do Saber - ter ficado indisponível em junho, julho e na primeira quinzena de agosto para regularização de acesso, as seguintes ações de capacitação foram replanejadas conforme cronograma: CBH Capacitação Diretorias - Práticas e Procedimentos, Comitês de Bacia Práticas - Cobrança, Outorga e plano e enquadramento, Compensação Mata Atlântica, Estratégias de Fiscalização, Fiscalização das Atividades Potencialmente Poluidoras, Fiscalização Fauna, flora, pesca, e recursos hídricos, Sistema de Consulta e Requerimento de Audiência Pública, Protocolo de Documentos nas Suprams e Suppri via SEI, Sistema de Decisões dos Processos de Licenciamento Ambiental, Sistema de Consulta e Decisões de Outorga.</p> <p>6º monitoramento: Cursos EaD disponibilizados por meio do ambiente virtual de aprendizagem Trilhas do Saber a partir de setembro/2020: Cobrança pelo uso dos Recursos Hídricos; Curso introdutório para membros Comitês; Introdução a Cartografia e Produção de Mapas com o QGIS; Boas Práticas para Gestão e Participação - Diretoria do CBH; Gestão Municipal: Descentralização do Licenciamento Ambiental: competências e atribuições dos municípios; Fiscalização Ambiental; Gestão de Pessoas; Liderança de Equipes; Informativo: Teletrabalho - Planejamento, Comunicação e</p>
Agosto/2017	Intervenções Ambientais - Módulo I	
Setembro/2017	Mineração - Módulo I	
Outubro/2017	Espeleologia	
	Planejamento de todo o conteúdo a ser desenvolvido no ano de 2018, considerando o diagnóstico das necessidades demandadas pelas Suprams.	
Novembro/2017	Socioeconomia	
Dezembro/2017	Outorgas - Módulo I	

		<p>Organização; Ética e Regime Disciplinar; Atendimento no Serviço Público e Gestão de Pessoas em Teletrabalho e Avaliação de Desempenho como Instrumento de Gestão. Além de emissão de certificado para os seguintes eventos: Cobrança pelo uso de Recursos Hídricos; Webinar Monitoramento da Governança da Gestão das Águas de Minas Gerais; Diálogos com o Sisema: Regularização Ambiental de Barramento, Procedimentos e Possibilidades e Webinar: Boas Práticas dos Consórcios Públicos Intermunicipais de Resíduos Sólidos.</p> <p>Para 2021 há previsão para os seguintes cursos EaD: Sistema de Licenciamento Ambiental-SLA; Plano e Enquadramento, Compensação Mata Atlântica; Estratégias de Fiscalização; Fiscalização das Atividades Potencialmente Poluidoras; Fiscalização Fauna; Fiscalização de Flora; Fiscalização de Pesca; Fiscalização de Recursos Hídricos; Sensoriamento Remoto e Classificação de Uso e Cobertura da Terra; Trabalho em Equipe e Comportamento Profissional.</p> <p>7º monitoramento: Cursos EaD disponibilizados por meio do ambiente virtual de aprendizagem Trilhas do Saber até setembro/2021: Sistema de Licenciamento Ambiental-SLA; Fiscalização Recursos Hídricos; Estratégia Aplicada à Fiscalização Ambiental; Fiscalização das Intervenções na Flora; Fiscalização de Fauna; Fiscalização Pesca; Fiscalização das Atividades Potencialmente Poluidoras; Práticas dos Comitês de Bacia: Outorga; Capacitação Introdutória para Comissões Setoriais do Programa Ambiental; Curso introdutório: Descentralização do Licenciamento Ambiental: competências e atribuições dos municípios; Curso introdutório: Descentralização do Licenciamento Ambiental: competências e atribuições dos municípios; Práticas dos Conselheiros do Copam; Noções Básicas sobre Atendimento a Acidentes Ambientais com Produtos Perigosos; Capacitação dos Conselheiros do Copam - 2ª turma; Educação Ambiental: Princípios, Conceitos e Metodologias – 2021; Introdução à Cartografia e Produção de Mapas com o QGIS; Educação Ambiental: Princípios, Conceitos e Metodologias - 2021/turma 2; Estratégia Aplicada à Fiscalização Ambiental, Municípios; Fiscalização das Atividades Potencialmente Poluidoras, Municípios. Palestras: Análise de Processo de Mineração em Minas Gerais (módulos I, II e III).</p> <p>Além de emissão de <u>certificado</u> para os seguintes eventos: Diálogos com o Sisema: Gestão e uso de recursos hídricos em tempos de crise hídrica; Discussões acerca das áreas especialmente protegidas no contexto da Lei Estadual nº 20.922/2013 Regularização ambiental de barramento: procedimentos e possibilidades; Reflexões, desafios e tecnologias no tratamento de efluentes sanitários; A espeleologia na regularização ambiental; O Cultivo do Eucalipto x recursos hídricos; Webinar: Educação</p>
--	--	---

7º Monitoramento de Auditoria Operacional n.º 1031303

		<p>Ambiental. Cenários, desafios e percepção ambiental; Minicursos: Reuso da Água e Sedimentometria.</p> <p>Para 2022 há previsão para os seguintes cursos EaD: Educação Ambiental e Resíduos Sólidos em Foco: uma proposta para educadores; EA - Consumo consciente de materiais e gestão de resíduos; Prática dos Comitês de Bacias - Plano e Enquadramento; Compensação Mata Atlântica; Estratégias de Fiscalização; Fiscalização das Atividades Potencialmente Poluidoras; Fiscalização Fauna; Fiscalização de Flora; Fiscalização de Pesca; Fiscalização de Recursos Hídricos; Sensoriamento Remoto e Classificação de Uso e Cobertura da Terra; Gestão de Conflitos.</p>
--	--	--

RECOMENDAÇÃO 14

14) realizar eventos internos de capacitação e treinamento, de modo a difundir conhecimentos, técnicas e boas práticas, utilizando os servidores mais experientes como instrutores (alínea — "f" do subitem 3.3.1 da fundamentação)

Identificação do problema			
Órgão	Ponto focal	Ação a ser tomada	Benefício previsto
Superintendência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas - SGDP/SUTAF/ SEMAD	Renato Alves Pereira/SGDP	A SEMAD, desde o início do ano de 2017, tem executado ações de desenvolvimento, com o propósito de criar a mentalidade da aprendizagem contínua e do autodesenvolvimento do seu quadro de servidores, utilizando como instrutores os servidores pertencentes às carreiras do Grupo de Atividades de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável com experiência e conhecimento avançado na matéria. Nesse primeiro momento, o foco está sobre o Licenciamento Ambiental, conforme cronograma dos cursos abaixo, atendendo fortemente às demandas encaminhadas pelas Suprams	<ul style="list-style-type: none"> * Embuir o servidor efetivo de conhecimento técnico/jurídico sobre suas atividades laborativas; * Valorizar os servidores das carreiras do meio ambiente; * Propiciar o conhecimento técnico/científico institucional; * Incentivar a permanência do servidor nas organizações estatais; * Fomentar a padronização da aplicação de normas e procedimentos
Prazo	Cronograma Executivo (físico/financeiro)	Atualização	
Março/2017	Lavatura de Autos de Infração	Atualização fevereiro/2020: No final de 2019 ocorreram os seguintes cursos: Inspeção em Segurança de Barragens, VI Encontro Formativo de Educação Ambiental para a Gestão das Águas, Nova Regulamentação de Outorga, Ética e Regime Disciplinar, Educação Ambiental: Princípios, Conceitos e Metodologias, Manual de Utilização Sistema CAR, Manual de Utilização Sistema MTR, Instrumentos de Gestão sob outra	
Abril/2017	Abate de Animais e Frigoríficos		
Maior/2017	Introdução à Espeleologia		
Junho/2017	Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos Industriais		

Julho/2017	Emissões Atmosféricas	Perspectiva, Desafios da Gestão Municipal de Resíduos Sólidos Urbanos e Esgotamento Sanitário, Desafios para a Preservação das Áreas de Preservação Permanente, O Novo Marco Legal de Segurança das Barragens de Água e os Conflitos pelo Uso das Águas, O Novo Marco Regulatório das Barragens de Mineração.
Agosto/2017	Intervenções Ambientais - Módulo I	
Setembro/2017	Mineração - Módulo I	
Outubro/2017	Espeleologia	
	Planejamento de todo o conteúdo a ser desenvolvido no ano de 2018, considerando o diagnóstico das necessidades demandadas pelas Suprams.	Para o ano de 2020 estão previstas as seguintes capacitações, conforme cronograma em anexo: Práticas de Análise Espacial com o QGIS, CBH Capacitação Diretorias - Práticas e Procedimentos, Comitês de Bacia Práticas - Cobrança, Outorga e plano e enquadramento, Compensação Mata Atlântica, Curso Formação de Instrutores em Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais, Estratégias de Fiscalização, Fiscalização das Atividades Potencialmente Poluidoras, Fiscalização Fauna, flora, pesca, e recursos hídricos, Sistema de Consulta e Requerimento de Audiência Pública, Protocolo de Documentos nas Suprams e Suppri via SEI, Sistema de Decisões dos Processos de Licenciamento Ambiental, Sistema de Consulta e Decisões de Outorga.
Novembro/2017	Socioeconomia	<p>5º monitoramento: Até o mês de agosto ocorreram os seguintes cursos: Práticas de Análise Espacial com o QGIS e Curso Formação de Instrutores em Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais.</p> <p>Em função da pandemia (isolamento social e regime de teletrabalho desde 23/03/2020) e do ambiente virtual de aprendizagem - Trilhas do Saber - ter ficado indisponível em junho, julho e na primeira quinzena de agosto para regularização de acesso, as seguintes ações de capacitação foram replanejadas conforme cronograma: CBH Capacitação Diretorias - Práticas e Procedimentos, Comitês de Bacia Práticas - Cobrança, Outorga e plano e enquadramento, Compensação Mata Atlântica, Estratégias de Fiscalização, Fiscalização das Atividades Potencialmente Poluidoras, Fiscalização Fauna, flora, pesca, e recursos hídricos, Sistema de Consulta e Requerimento de Audiência Pública, Protocolo de Documentos nas Suprams e Suppri via SEI, Sistema de Decisões dos Processos de Licenciamento Ambiental, Sistema de Consulta e Decisões de Outorga.</p> <p>6º monitoramento: Cursos EaD disponibilizados por meio do ambiente virtual de aprendizagem Trilhas do Saber a partir de setembro/2020: Cobrança pelo uso dos Recursos Hídricos; Curso introdutório para membros Comitês; Introdução a Cartografia e Produção de Mapas com o QGIS; Boas Práticas para Gestão e Participação - Diretoria do CBH; Gestão Municipal: Descentralização do Licenciamento Ambiental: competências e atribuições dos municípios;</p>

		<p>Fiscalização Ambiental; Gestão de Pessoas; Liderança de Equipes; Informativo: Teletrabalho - Planejamento, Comunicação e Organização; Ética e Regime Disciplinar; Atendimento no Serviço Público e Gestão de Pessoas em Teletrabalho e Avaliação de Desempenho como Instrumento de Gestão. Além de emissão de certificado para os seguintes eventos: Cobrança pelo uso de Recursos Hídricos; Webinar Monitoramento da Governança da Gestão das Águas de Minas Gerais; Diálogos com o Sisema: Regularização Ambiental de Barramento, Procedimentos e Possibilidades e Webinar: Boas Práticas dos Consórcios Públicos Intermunicipais de Resíduos Sólidos.</p> <p>Para 2021 há previsão para os seguintes cursos EaD: Sistema de Licenciamento Ambiental-SLA; Plano e Enquadramento, Compensação Mata Atlântica; Estratégias de Fiscalização; Fiscalização das Atividades Potencialmente Poluidoras; Fiscalização Fauna; Fiscalização de Flora; Fiscalização de Pesca; Fiscalização de Recursos Hídricos; Sensoriamento Remoto e Classificação de Uso e Cobertura da Terra; Trabalho em Equipe e Comportamento Profissional.</p> <p>7º monitoramento: Cursos EaD disponibilizados por meio do ambiente virtual de aprendizagem Trilhas do Saber até setembro/2021: Sistema de Licenciamento Ambiental-SLA; Fiscalização Recursos Hídricos; Estratégia Aplicada à Fiscalização Ambiental; Fiscalização das Intervenções na Flora; Fiscalização de Fauna; Fiscalização Pesca; Fiscalização das Atividades Potencialmente Poluidoras; Práticas dos Comitês de Bacia: Outorga; Capacitação Introdutória para Comissões Setoriais do Programa AmbientAÇÃO; Curso introdutório: Descentralização do Licenciamento Ambiental: competências e atribuições dos municípios; Curso introdutório: Descentralização do Licenciamento Ambiental: competências e atribuições dos municípios; Práticas dos Conselheiros do Copam; Noções Básicas sobre Atendimento a Acidentes Ambientais com Produtos Perigosos; Capacitação dos Conselheiros do Copam - 2ª turma; Educação Ambiental: Princípios, Conceitos e Metodologias – 2021; Introdução à Cartografia e Produção de Mapas com o QGIS; Educação Ambiental: Princípios, Conceitos e Metodologias - 2021/turma 2; Estratégia Aplicada à Fiscalização Ambiental, Municípios; Fiscalização das Atividades Potencialmente Poluidoras, Municípios. Palestras: Análise de Processo de Mineração em Minas Gerais (módulos I, II e III).</p> <p>Além de emissão de <u>certificado</u> para os seguintes eventos: Diálogos com o Sisema: Gestão e uso de recursos hídricos em tempos de crise hídrica; Discussões acerca das áreas especialmente protegidas no contexto da Lei Estadual nº 20.922/2013</p>
--	--	---

7º Monitoramento de Auditoria Operacional n.º 1031303

		<p>Regularização ambiental de barramento: procedimentos e possibilidades; Reflexões, desafios e tecnologias no tratamento de efluentes sanitários; A espeleologia na regularização ambiental; O Cultivo do Eucalipto x recursos hídricos; Webinar: Educação Ambiental. Cenários, desafios e percepção ambiental; Minicursos: Reuso da Água e Sedimentometria.</p> <p>Para 2022 há previsão para os seguintes cursos EaD: Educação Ambiental e Resíduos Sólidos em Foco: uma proposta para educadores; EA - Consumo consciente de materiais e gestão de resíduos; Prática dos Comitês de Bacias - Plano e Enquadramento; Compensação Mata Atlântica; Estratégias de Fiscalização; Fiscalização das Atividades Potencialmente Poluidoras; Fiscalização Fauna; Fiscalização de Flora; Fiscalização de Pesca; Fiscalização de Recursos Hídricos; Sensoriamento Remoto e Classificação de Uso e Cobertura da Terra; Gestão de Conflitos.</p>
--	--	---

RECOMENDAÇÃO 15

15) Reavaliar o modo de atuação da SEMAD, tendo em vista o extenso rol de competências que lhe foram outorgadas, de modo que sejam reservadas à Secretaria, em relação ao SISEMA, apenas e tão somente, atribuições voltadas ao planejamento, coordenação e supervisão, e não de execução, diante dos diversos órgãos e entidades especializados que integram o Sistema.

Identificação do problema			
Órgão	Ponto focal	Ação a ser tomada	Benefício previsto
Gabinete/SEMAD	Daniela Diniz/SEMAD	A organização das competências da Semad foi realizada por meio de projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo, e atualmente estamos operacionalizando a recém aprovada Lei nº21.972 de 21 de janeiro de 2016. O decreto 47.042/2016 alterou as competências no âmbito da Semad de forma que várias competências retornaram às entidades vinculadas (IEF, FEAM, IGAM), por exemplo, atos autorizativos de outorga, intervenções florestais não vinculadas ao licenciamento ambiental, bem como a gestão de áreas abandonadas do plano de fechamento de minas e gestão de barragens de rejeito, que estão sob a gestão da FEAM.	<ul style="list-style-type: none"> * Atuação eficiente e dinâmica por parte dos órgãos que integram o Sisema * Competências melhor definidas * Gestão sistêmica dos problema ambientais
Prazo	Cronograma Executivo (físico/financeiro)	Atualização	
Decreto 47.042 publicado em 06/09/2016 *Decretos IEF, FEAM e IGAM até dezembro de 2018	Publicação dos decretos IEF, FEAM e IGAM até dezembro de 2018	1º monitoramento: Foram publicados os Decretos de Competências do IEF, Decreto nº 47344, de 23/01/2018, do Igam, Decreto nº 47343, de 23/01/2018, ambos publicados no dia 24/01/2018 conforme link: http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/handle/123456789/194466 e da Feam, Decreto nº 47.347, de 24/01/2018, publicado em 25/01/2018, conforme link:	

		<p>http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/handle/123456789/194543</p> <p>Competências para emissão de atos autorizativos foram redistribuídas entre as entidades do Sisema conforme matéria, a exemplo das outorgas, que ficam agora a cargo do Igam, e da emissão de DAIs, que passam a ser responsabilidade do IEF, dentre outras.</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 2º monitoramento</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 3º monitoramento</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 4º monitoramento</p> <p>5º monitoramento: Com a publicação da Lei nº 23.304, de 30 de maio de 2019, foi necessária a revogação do Decreto de Competências do IEF (Decreto nº 47.344/2018), do Decreto de Competências do Igam (Decreto nº 47.343/2018) e do Decreto de Competências da Feam (Decreto nº 47.347/2018), sendo editados os decretos nº 47.760/2019 (http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/?dataJornal=2019-11-21), 47.866/2020 (http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/?dataJornal=2020-02-20) e 47.892/2020 (http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/?dataJornal=2020-03-24), constando as competências da Feam, do Igam e do IEF, respectivamente.</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 6º monitoramento</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 7º monitoramento</p>
--	--	--

RECOMENDAÇÃO 16

16) Apresentar cronograma físico-financeiro, de modo a sanear as deficiências e suprir as demandas pontuadas no relatório final de auditoria, as quais deverão ser complementadas por meio de diagnósticos realizados por aquela Secretaria de Estado e pelos órgãos e entidades que integram a sua área de competência (art. 6º da Lei Estadual nº 21.972, de 2016), mediante a previsão e a observância de critérios objetivos de priorização, a fim de garantir a segurança dos servidores e do patrimônio do Estado, bem como contribuir para a eficiência dos procedimentos inerentes à instrução dos processos de licenciamento ambiental, sob o crivo do SISEMA.

Identificação do problema			
Órgão	Ponto focal	Ação a ser tomada	Benefício previsto
Subsecretaria de Tecnologia, Administração e Finanças - SUTAF/SEMAD Assessoria Estratégica AEST/SEMAD	Ana Carolina Miranda/SUTAF	Acompanhamento periódico do Plano de Ação elaborado em cumprimento às diretrizes do TCE, com o objetivo de garantir aos Dirigentes Máximos o conhecimento e a constante atualização das ações propostas, apresentar entregas relevantes e fomentar a resolução de entraves por meio da atuação da alta gestão.	<ul style="list-style-type: none"> * Melhor planejamento e controle das ações propostas; * Alinhamento entre o planejamento físico e o planejamento financeiro; * Subsídio à tomada de decisões; * Informações qualificadas; * Subsídio para a definição de prioridades da Semad; * Interlocução das áreas finalísticas com a alta direção.
Prazo	Cronograma Executivo (físico/financeiro)	Atualização	
Continuado	As atividades do plano de ação que demandam execução de despesa estão previstas na Lei Orçamentária Anual, possuindo disponibilidade orçamentária e financeira para sua realização.	Atualização março/19: Novas aquisições realizadas com recursos do TTAC LIASA, a seguir: 1 Servidor de Streaming 200 Estabilizador de Energia 300va 12 Licença Windows Server 2016 Datacenter 02 Blades 9 Rack 20 No-Breaks 1.2kva 17 Disco SSD10 Scanner	

		<p>9 No-Breaks 2kva - Rack 44U 10 Scanner 5 Servidor de Rede 01 Processador 32GB RAM</p> <p>Atualização agosto/2019: Distribuição às SUPRAMs e sede de parte dos itens comprados com recursos do TAC LIASA conforme planilha anexa.</p> <p>Ação contínua - sem atualização para o 4º monitoramento</p> <p>Ação contínua - sem atualização para o 5º monitoramento</p> <p>Ação contínua - sem atualização para o 6º monitoramento</p> <p>Ação contínua - sem atualização para o 7º monitoramento</p>
--	--	--

RECOMENDAÇÃO 17

17) Criar sistemática de acompanhamento das condicionantes, estabelecidas nas licenças concedidas, de modo a garantir seu cumprimento

Identificação do problema			
Órgão	Ponto focal	Ação a ser tomada	Benefício previsto
Superintendência de Apoio à Regularização Ambiental – SUARA/SURAM/ SEMAD	Fernando Baliani /SUARA	Com a reestruturação da SEMAD cada SUPRAM passou a possuir um Núcleo de Controle Ambiental – NUCAM que tem como objetivo de “promover o acompanhamento dos sistemas de controle ambiental dos empreendimentos devidamente regularizados, acompanhar e verificar, nos processos de regularização ambiental em que foi concedida licença de operação, o cumprimento de condicionantes estabelecidas pelo órgão ambiental competente”. Além da criação do NUCAM foi elaborada a Instrução de Serviço Sisema 04/2017 que dispõe sobre procedimentos para a análise e acompanhamento de condicionantes de processos de licenciamento ambiental pelos Núcleos de Controle Ambiental	* Rotina de acompanhamento dos empreendimentos licenciados, permitindo assim verificar se os mesmos estão atendendo as condições operacionais estabelecidas no processo de licenciamento ambiental
Prazo	Cronograma Executivo (físico/financeiro)	Atualização	
Abril/2017	Instrução concluída e aplicação pelos NUCAM's	Atualização março/2019: Para o PAF 2019, estão previstas as ações abaixo: <ul style="list-style-type: none"> - O PAF 2019 dos NUCAMs prevê a fiscalização de 25 empreendimentos enquadrados na listagem A da DN 74/2004 ou 217/2017. - O PAF 2019 das DFISCs, Diretorias da Sede e CIAs PM prevê 32 operações ordinárias 	

		<p>da agenda marrom, subdivisão extração mineral.</p> <p>Considerando que os NUCAM's iniciaram seus trabalhos em setembro de 2016, objetiva-se realizar uma revisão participativa da IS 04/2017, com contribuição das equipes dos NUCAM's, o que permitirá que a nova IS seja calcada no cotidiano de quem a implementa. A previsão de conclusão da revisão da IS 04/2017 é outubro/19, conforme cronograma.</p> <p>3º monitoramento: Com relação à revisão da IS 04/2017, já houve definição de metodologia de trabalho e coleta de dados via formulário eletrônico. Está prevista, ainda, uma reunião de alinhamento com a equipe técnica dos regionais visando a discussão sobre a metodologia adotada e os dados coletados para definição conjunta dos pontos de revisão, considerando o viés participativo trazido pela definição metodológica. Dessa forma, o prazo para conclusão da revisão é dezembro/2019. A execução do PAF será avaliada ao final de 2019. Até o momento, foram realizadas 47 fiscalizações de empreendimentos minerários pelos NUCAMs e 360 pelas DFISCs e sede.</p> <p>4º monitoramento: Foram realizadas em 2019, 79 fiscalizações de empreendimentos minerários pelos NUCAMs e 433 pelas DFISCs e sede.</p> <p>Para o PAF 2020, estão previstas as ações abaixo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O PAF 2020 dos NUCAMs prevê a fiscalização de 46 empreendimentos enquadrados na listagem A da DN 74/2004 ou 217/2017. - O PAF 2020 das DFISCs, Diretorias da Sede e CIAs PM prevê 39 operações ordinárias da agenda marrom, subdivisão extração mineral. <p>Em relação à revisão da IS 04, a mesma ainda não foi realizada, tendo em vista o adiamento do alinhamento institucional do SISEMA de 2019, sendo prevista nova data para Maio/2020. Além disso, houve nova organização da SEMAD com a vinculação dos NUCAMs à Diretoria Regional de Regularização e à Superintendência de Apoio à Regularização Ambiental, conforme Resolução Semad nº 2.926 de 08 janeiro de 2020. A nova previsão para conclusão da revisão da IS 04 é outubro 2020.</p> <p>A execução do PAF será avaliada ao final de 2020. Até o momento, foram realizadas 6</p>
--	--	---

		<p>fiscalizações de empreendimentos minerários pelos NUCAMs e 18 pelas DFISCs e sede.</p> <p>5º monitoramento: Considerando que com a nova divisão de competências da Semad, trazida pela publicação do Decreto 47.787/2019 e Resolução Semad nº 2.926/2020, os Nucams passaram a ser subordinados tecnicamente à Subsecretaria de Regularização Ambiental, e portanto foram atualizados o órgão responsável e o ponto focal para esta recomendação. Em relação ao acompanhamento dos sistemas de controle ambiental, informamos que a Fase 3 do SLA, que se encontra em programação, proverá a possibilidade de inclusão de condicionantes pelo próprio sistema, enquanto a Fase 4 permitirá o acompanhamento automatizado das mesmas. A programação da Fase 3 já está em estágio avançado, enquanto a operacionalização desta programação possui cronograma até outubro/2021. Até que se operacionalize essa funcionalidade no SLA, o acompanhamento dos sistemas de monitoramento seguirá sendo feito pelos Nucams, por meio do Plano Anual de Fiscalização (PAF) que prevê alvos a serem avaliados no ano.</p> <ul style="list-style-type: none"> - O PAF 2020 dos NUCAMs prevê a fiscalização de 46 empreendimentos enquadrados na listagem A da DN 74/2004 ou 217/2017. - Em 2020 não foi previsto operações com subdivisão extração mineral para as Diretorias da Sede. - O PAF 2020 das DFISCs, NUCAMs, e CIAs PM prevê 39 operações ordinárias da agenda marrom, subdivisão extração mineral. - Foram realizadas até julho de 2020, 79 fiscalizações de empreendimentos minerários pelos NUCAMs e 433 pelas CIAs PM. Nenhuma operação de mineração planejada para as DFISCs foi realizada. <p>6º monitoramento: O PAF 2021 foi elaborado priorizando as ações fiscalizatórias do Nucam para avaliação de cumprimento de condicionantes de processos de Renovação de Licença de Operação formalizados e considerados “passivo” pelo tempo decorrido. Dentre este montante de processos, há uma fração de empreendimentos minerários, os quais serão objeto de fiscalização durante os trabalhos do ano corrente.</p> <p>7º monitoramento: O PAF elaborado em 2021 está em execução, sendo que a consolidação dos resultados está prevista para início de 2022.</p>
--	--	---

RECOMENDAÇÃO 18

18) Estabelecer metodologia para estipulação de condicionantes, definindo critérios de classificação delas no que se refere à prioridade, relevância e risco, baseados nos objetivos e metas ambientais a serem alcançados no licenciamento das atividades de extração do minério de ferro

Identificação do problema			
Órgão	Ponto focal	Ação a ser tomada	Benefício previsto
Superintendência de Apoio à Regularização Ambiental - SUARA/SURAM/SEMAD	Fernando Baliani/SUARA	Criação dos Núcleos de Controle Ambiental - NUCAMs pelo Decreto Estadual n.º 47.042/2016, treinamentos dos profissionais, para todas as Superintendências Regionais de Meio Ambiente, para a Superintendência de Projetos Prioritários e demais servidores da regularização ambiental com o objetivo de orientá-los quanto à análise técnica dos processos de licenciamento ambiental relacionados às atividades minerárias, promovendo-se maior alinhamento institucional. De forma complementar, a Diretoria de Apoio Técnico e Normativo que tem por finalidade prestar apoio e emanar diretrizes para o alinhamento dos aspectos técnicos e normativos em relação ao processo de licenciamento ambiental e de autorização de intervenção ambiental no Estado, tem realizado visitas técnicas nas quais dúvidas gerais estão sendo tratadas, metodologias e procedimentos de trabalho estão sendo criados e acompanhamento de ações.	<ul style="list-style-type: none"> * Padronização do estabelecimento de condicionantes, no acompanhamento preventivo e na supervisão do cumprimento; * Acompanhamento ambiental preventivo; * Supervisão do cumprimento de condicionantes.
Núcleos de Controle Ambiental - NUCAMs	Coordenadores NUCAMs		

Prazo	Cronograma Executivo (físico/financeiro)	Atualização
Há previsão de treinamentos sistemáticos com o objetivo de orientá-los quanto à análise técnica dos processos de licenciamento ambiental relacionados às atividades minerárias, cujo primeiro está previsto para realizar-se em outubro de 2017. De forma complementar, ainda estão sendo realizadas visitas técnicas nas quais dúvidas gerais estão sendo tratadas.	No período de 17 a 19 de outubro de 2017 será realizado curso de capacitação para todas as Superintendências Regionais de Meio Ambiente, para a Superintendência de Projetos Prioritários e demais servidores da regularização ambiental acerca do licenciamento ambiental das atividades de mineração, nas quais se inclui a atividade de minério de ferro. Cronograma das visitas técnicas tratando acerca das dúvidas gerais sobre a regularização ambiental: 22 e 23 de junho Supram Alto São Francisco, 06 e 07 de julho Supram Zona da Mata, 13 e 14 de julho Supram Central Metropolitana, 31 de julho a 02 de agosto Supram Leste de Minas, 04 a 06 de setembro Supram Norte de Minas, 13 a 15 de setembro Supram Noroeste de Minas, 09 a 11 de outubro Supram Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, 13 e 14 de novembro Supram Sul de Minas, e 04 e 05 de dezembro Supram Jequitinhonha.	<p>Atualização agosto/19: Desde a última atualização, em março/2019, houve alteração no cronograma de visitas técnicas de alinhamento às Suprams. Desta forma, foi realizada visita a SUPRAM Zona da Mata (07 e 08-05-2019) e estão previstas para o segundo semestre visitas a Suppri (05/09/2019); a SUPRAM Central Metropolitana(30-09-2019); SUPRAM Norte de Minas (02 a 04-10-2019); e SUPRAM Jequitinhonha (07 e 08-11-2019). Com a publicação da DN 217/2017, que trouxe seção específica para o gerenciamento dos impactos ambientais e o estabelecimento de condicionantes, foram definidos critérios para fixação de condicionantes, aplicáveis a todos os processos de regularização ambiental.</p> <p>4º monitoramento: Está em fase de estudo para implementação a aplicação do índice IDAL (Índice de Desempenho Ambiental no Licenciamento Ambiental), o qual visa fundamentar a tomada de decisão na análise das renovações de Licenças Ambientais. Com isso, objetiva-se também estabelecer a prioridade de condicionantes, além de proporcionar clareza e racionalidade na aplicação das mesmas ao licenciamento ambiental. O prazo para avaliação da viabilidade de implantação do IDAL é Setembro/2020.</p> <p>5º monitoramento: Para a implementação do IDAL, descrito no 4º monitoramento, foram realizadas duas reuniões para alinhamentos prévios, até o momento, em que se discutiu a metodologia e possibilidades de absorção da ferramenta pela tecnologia do SLA. Ademais, há a previsão de publicação de Grupo de Trabalho institucional para condução da proposta. A previsão de conclusão da norma é Janeiro/2021.</p> <p>Em relação a orientações técnicas às Suprams, foram realizadas duas videoconferências pela Suara, que tinha como público-alvo as diretorias técnica e jurídica das Suprams e Suppri, em 11/02/2020 e em 03/03/2020. Ademais, foi realizado um treinamento à Supram CM, abordando temas técnicos em 06, 07 e 10/08/2020. Devido à situação de pandemia do novo coronavírus, as visitas técnicas presenciais às Suprams foram suspensas. Por esta razão, as orientações em forma de reuniões ou palestras estão sendo feitas por videoconferências.</p> <p>6º monitoramento: Foi iniciado o trabalho para elaboração de Minuta de Resolução Semad que tratará do IDAL e demais ações no âmbito de Renovação de Licença Ambiental e cumprimento de condicionantes, com previsão de conclusão em junho/2021. Também foi realizado treinamento à Supram ZM, coordenado pela Asger,</p>

		<p>em que a Suara ministrou os seguintes temas à toda equipe da Supram: em 22/09/2020 - Interpretação de Normas Jurídicas; Normativas basilares e gerais – Licenciamento ambiental; Lei 13.784/2019; Decreto 10.178/2019; Lei 13.869/2019; Lei 13.655/2018; Ponderações iniciais sobre o SLA; Lei 14.184/2002; em 07/08/2020 - Conferência documental para processos (processos físicos ou digitais) - uso do SLA; e em 23/09/2020 - Formalização de Processos no SLA – LAS Cadastro, Certidão de Dispensa, LAS RAS e Convencional.</p> <p>7º monitoramento: Foi instituído Grupo de Trabalho - GT mediante Resolução Conjunta Semad/Igam nº 3.066, DE 7 DE ABRIL DE 2021, para propor os regramentos para implementação do Índice de Desempenho Ambiental no Licenciamento Ambiental. A minuta de Resolução se encontra em elaboração, conforme sugestões encaminhadas pelo GT. Houve repasse da minuta e ferramenta de cálculo para que as Suprams, por meio dos Nucams, realizem testes para validação da ferramenta e norma. A previsão de conclusão é para dezembro de 2021.</p>
--	--	--

RECOMENDAÇÃO 19

19) Proceder ao planejamento da fiscalização ambiental integrada nos empreendimentos minerários, de forma rotineira, não limitada às operações especiais;

Identificação do problema			
Órgão	Ponto focal	Ação a ser tomada	Benefício previsto
Superintendência de Estratégia em Fiscalização Ambiental - SEFIS/SUFIS/SEMAD	Flávio Aquino/SEFIS	<p>Construção dos Planos Anuais de Fiscalização, mantendo a mesma metodologia adotada em 2017 no qual forma incluídas 38 operações de fiscalização das atividades minerárias, em razão da mineração estar incluída com um dos pontos de pressão ambiental de Minas Gerais.</p> <p>Além disso, na nova proposta de Decreto da FEAM, a GESAD tem a competência de "orientar, avaliar e acompanhar a regularização ambiental de empreendimentos minerários para o seu encerramento e na fase de fechamento de mina, em articulação com órgãos e entidades do SISEMA.</p> <p>Além disso, com a publicação do Decreto 47.760/2019, as competências da Geram, inclusive de fiscalização, são relacionadas a "reabilitação e à recuperação de áreas degradadas pela mineração, no âmbito do fechamento de mina, e à gestão de barragens de resíduos e rejeitos da indústria e da mineração". Ressalta-se que</p>	<ul style="list-style-type: none"> * Incremento do quantitativo de ações de fiscalização nos empreendimentos minerários * Padronização dos procedimentos * Diminuição dos prazos de análise
Gerência de Recuperação de Áreas de Mineração e Gestão de Barragens - Geram/Feam	Renata Araújo/FEAM		

		a Gerência de Qualidade do Solo e Reabilitação de Áreas Degradadas – GESAD foi extinta da atual estrutura da Feam.																																																													
Prazo	Cronograma Executivo (físico/financeiro)	Atualização																																																													
out/17	Definição da Metodologia de Trabalho	4º monitoramento: Para apuração dos resultados a seguir foram consideradas as atividades da listagem A das DN 74/2004 e 217/2017, além de intervenções em Recursos Hídricos específicas para a atividade minerária (dragagem em cava e curso d'água e captação para rebaixamento de nível de água em mineração). Fiscalizações de Empreendimentos Minerários - Sede e DFISC <table><tr><th>Ano</th><th>Fiscalizações</th><th>Atividades</th><th>Atividades com Infração</th><th>% Atividades com Infração</th><th>Infrações</th></tr><tr><td>2016</td><td>217</td><td>346</td><td>206</td><td>59,5%</td><td>278</td></tr><tr><td>2017</td><td>586</td><td>846</td><td>377</td><td>44,6%</td><td>483</td></tr><tr><td>2018</td><td>301</td><td>483</td><td>301</td><td>62,3%</td><td>412</td></tr><tr><td>2019</td><td>433</td><td>789</td><td>440</td><td>55,8%</td><td>485</td></tr></table> Dados de 13/01/2020 Fiscalizações de Empreendimentos Minerários - NUCAM <table><tr><th>Ano</th><th>Fiscalizações</th><th>Atividades</th><th>Atividades com Infração</th><th>% Atividades com Infração</th><th>Infrações</th></tr><tr><td>2016</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td></tr><tr><td>2017</td><td>62</td><td>71</td><td>32</td><td>45,1%</td><td>37</td></tr><tr><td>2018</td><td>62</td><td>81</td><td>47</td><td>58,0%</td><td>66</td></tr><tr><td>2019</td><td>79</td><td>105</td><td>42</td><td>40,0%</td><td>75</td></tr></table> Dados de 13/01/2020 A PMMG fiscalizou 1362 empreendimentos em 2019. Das 1532 atividades fiscalizadas,		Ano	Fiscalizações	Atividades	Atividades com Infração	% Atividades com Infração	Infrações	2016	217	346	206	59,5%	278	2017	586	846	377	44,6%	483	2018	301	483	301	62,3%	412	2019	433	789	440	55,8%	485	Ano	Fiscalizações	Atividades	Atividades com Infração	% Atividades com Infração	Infrações	2016	-	-	-	-	-	2017	62	71	32	45,1%	37	2018	62	81	47	58,0%	66	2019	79	105	42	40,0%	75
Ano	Fiscalizações			Atividades	Atividades com Infração	% Atividades com Infração	Infrações																																																								
2016	217			346	206	59,5%	278																																																								
2017	586			846	377	44,6%	483																																																								
2018	301	483	301	62,3%	412																																																										
2019	433	789	440	55,8%	485																																																										
Ano	Fiscalizações	Atividades	Atividades com Infração	% Atividades com Infração	Infrações																																																										
2016	-	-	-	-	-																																																										
2017	62	71	32	45,1%	37																																																										
2018	62	81	47	58,0%	66																																																										
2019	79	105	42	40,0%	75																																																										
nov/17	Elaboração do PAF 2018																																																														
dez/17	Aprovação do PAF 2018																																																														
dez/18	Execução PAF 2018																																																														

		<p>356 tiveram infração (23,2%), totalizando 558 infrações no período.</p> <p>Já a Feam realizou 7 fiscalizações correlacionadas a Fechamento de Mina e 190 fiscalizações em barragens de mineração no segundo semestre de 2019. No primeiro bimestre de 2020 foram feitas pela FEAM 4 fiscalizações correlacionadas a Fechamento de Mina e 57 fiscalizações em barragens de mineração.</p> <p>5º monitoramento: Para apuração dos resultados a seguir foram consideradas as atividades da listagem A das DN 74/2004 e 217/2017, além de intervenções em Recursos Hídricos específicas para a atividade minerária (dragagem em cava e curso d'água e captação para rebaixamento de nível de água em mineração). A PMMG fiscalizou 967 empreendimentos até julho de 2020. Das 992 atividades fiscalizadas, 134 tiveram infração (14%), totalizando 182 infrações no período.</p>
--	--	--

Fiscalizações de Empreendimentos Minerários - Sede e DFISC					
Ano	Fiscalização	Atividades	Atividades com Infração	% de atividades com infração	infrações
2016	219	271	118	44%	175
2017	590	677	201	30%	313
2018	302	354	159	45%	260
2019	497	651	201	31%	298
2020	248	294	105	36%	138

Fiscalizações de Empreendimentos Minerários - NUCAM					
Ano	Fiscalização	Atividades	Atividades com Infração	% de atividades com infração	infrações
2017	62	68	20	29%	25
2018	63	77	27	35%	48
2019	85	106	37	35%	65
2020	50	62	23	37%	38

Fiscalizações de Empreendimentos Minerários - PMMG					
Ano	Fiscalização	Atividades	Atividades com Infração	% de atividades com infração	infrações
2018	735	760	58	8%	72
2019	1384	1409	210	15%	367
2020	967	992	134	14%	182

*Dados de 06/08/2020

Ademais, entre os meses de janeiro e agosto, a GERAM realizou 5 fiscalizações para fechamento de Mina e 225 fiscalizações em barragens de mineração.

6º monitoramento: Entre os meses de agosto e dezembro de 2020, a GERAM/FEAM realizou 18 fiscalizações para fechamento de mina e 112 fiscalizações em barragens de mineração.

No que tange à Subsecretaria de Fiscalização Ambiental, foram consideradas as atividades da listagem A das DN 74/2004 e 217/2017, além de intervenções em Recursos Hídricos específicas para a atividade minerária (dragagem em cava e curso d'água e captação para rebaixamento de nível de água em mineração). Os dados foram extraídos do Sistema de Fiscalização (SISFIS) em 03/02/2021.

Fiscalizações de Empreendimentos Minerários - Sede e DFISC					
Ano	Fiscalizações	Atividades	Atividades com Infração	% Atividades com Infração	Infrações
2016	218	273	117	42,9%	171
2017	590	677	201	29,7%	313
2018	304	356	159	44,7%	260
2019	597	651	201	30,9%	298
2020	419	507	163	32,1%	203
2021	14	20	2	10,0%	2

Fiscalizações de Empreendimentos Minerários - PMMG					
Ano	Fiscalizações	Atividades	Atividades com Infração	% Atividades com Infração	Infrações
2018	738	763	58	7,6%	72
2019	1.384	1.409	210	14,9%	367
2020	1.591	1.635	215	13,1%	291
2021	66	75	19	25,3%	29

Fiscalizações de Empreendimentos Minerários - NUCAM					
Ano	Fiscalizações	Atividades	Atividades com Infração	% Atividades com Infração	Infrações
2017	62	68	20	29,4%	25
2018	63	77	27	35,1%	48
2019	86	107	38	35,5%	67
2020	92	108	30	27,8%	47
2021	9	10	3	30,0%	4

*Dados de 03/02/2021

7º monitoramento: Entre os meses de agosto e dezembro de 2020, a GERAM/FEAM realizou 18 fiscalizações para fechamento de mina e 112 fiscalizações em barragens de mineração.

No que tange à Subsecretaria de Fiscalização Ambiental, foram consideradas as

atividades da listagem A das DN 74/2004 e 217/2017, além de intervenções em Recursos Hídricos específicas para a atividade minerária (dragagem em cava e curso d'água e captação para rebaixamento de nível de água em mineração). Os dados foram extraídos do Sistema de Fiscalização (SISFIS) em 06/09/2021.

Fiscalizações de Empreendimentos Minerários - Sede e DFISC					
Ano	Fiscalizações	Atividades	Atividades com Infração	% Atividades com Infração	Infrações
2016	218	273	117	42,9%	171
2017	590	677	201	29,7%	313
2018	304	356	159	44,7%	260
2019	597	651	201	30,9%	298
2020	419	507	163	32,1%	203
2021	227	296	98	33,1%	189

Fiscalizações de Empreendimentos Minerários - PMMG					
Ano	Fiscalizações	Atividades	Atividades com Infração	% Atividades com Infração	Infrações
2018	738	763	58	7,6%	72
2019	1.384	1.409	210	14,9%	367
2020	1.591	1.635	215	13,1%	291
2021	753	810	147	18,1%	283

Fiscalizações de Empreendimentos Minerários - NUCAM					
Ano	Fiscalizações	Atividades	Atividades com Infração	% Atividades com Infração	Infrações
2017	62	68	20	29,4%	25
2018	63	77	27	35,1%	48
2019	86	107	38	35,5%	67
2020	92	108	30	27,8%	47
2021	57	71	20	28,2%	37

*Dados de 06/09/2021

RECOMENDAÇÃO 20

20) Envidar esforços com vistas à celebração de acordos de cooperação técnica com os órgãos municipais de meio ambiente nos municípios impactados pelos empreendimentos minerários, objetivando a realização de trabalhos conjuntos de fiscalização, de forma a permitir uma maior integração entre os órgãos ambientais

Identificação do problema			
Órgão	Ponto focal	Ação a ser tomada	Benefício previsto
Diretoria de Apoio à Gestão Municipal - DAGEM/SEMAD/SURAM/SEMAD	Vanessa Naves/DAGEM	<p>Entrou em vigor a Lei Estadual n.º 21.972/2016 e o Decreto Estadual n.º 47.042/2016, o que fez com que fosse criada a Diretoria de Apoio à Gestão Municipal - DAGEM. Revogação da Deliberação Normativa COPAM n.º 102/2006 e vigência do Decreto Estadual n.º 46.937/2016. Já celebraram convênios de cooperação administrativa e técnica com o Estado, visando ao licenciamento, fiscalização e controle das atividades de impacto ambiental restritas ao território municipal os seguintes municípios: Belo Horizonte; Betim; Brumadinho; Contagem; Juiz de Fora; Uberaba; e Ibirité.</p> <p>Em 2017 os municípios de Contagem e Betim ampliaram as atribuições estabelecidas nos acordos de cooperação técnicas anteriores passando pela regularização de empreendimentos classe 05, nos termos da DN 074/04</p>	<p>A criação de uma Diretoria de Apoio à Gestão Municipal contribui para o aumento do vínculo do órgão ambiental estadual com os municípios localizados em sua base territorial, prestando maior apoio a esses. O Decreto Estadual n.º 46.937/2016 racionalizou os requisitos exigidos pela Deliberação Normativa COPAM n.º 102/2006, visando ao aumento da Delegação da Gestão Ambiental Municipal para celebração de acordos de cooperação técnica. A delegação contribui para maior controle das atividades, considerando a facilidade e a otimização da gestão territorial, além de contribuir para a diminuição do passivo de processos de regularização ambiental em processamento e análise pelo órgão estadual.</p> <p>A partir da estruturação dos municípios impulsionados pela Deliberação Normativa COPAM n.º 213/2017, esses estarão cada vez mais capacitados</p>

			quanto à fiscalização da atividade e controle ambiental, o que fomenta a formação e capacitação de órgãos ambientais municipais para as atividades de regularização ambiental de impacto local, contribuindo para o aumento do número de municípios interessados na delegação de competências originárias do órgão ambiental estadual. Além disso, seis municípios já manifestaram adesão ao licenciamento ambiental com competência originária, sendo eles: Patrocínio, Frutal, Itabirito, Belo Vale, Três Marias e Santa Luzia.
Prazo	Cronograma Executivo (físico/financeiro)	Atualização	
Processo contínuo	Já houve a criação da Diretoria de Apoio à Gestão Municipal, cujo apoio aos municípios é contínuo. De forma complementar, entrou em vigência a Deliberação Normativa COPAM n.º 213/2017, em que 61 municípios já manifestaram interesse em aderir às competências nela estabelecidas, o que fomenta a formação e capacitação de órgãos ambientais municipais para a regularização ambiental das atividades de impacto local, contribuindo para o aumento da delegação de competências. Percebe-se que o Estado tem envidado esforços em capacitar seus municípios para que esses assumam cada vez	<p>22 Municípios em 2017 - Patrocínio (02/05/2017), Frutal (05/06/2017), Itabirito (10/07/2017), Belo Vale (11/07/2017), Três Marias (11/07/2017), Santa Luzia (17/07/2017), Araporã (11/08/2017), Mariana (15/08/2017), Sacramento (22/08/2017), Carmo do Cajuru (15/09/2017), Tupaciguara (15/09/2017), Malacacheta (22/09/2017), Itajubá (22/09/2017), Pará de Minas (02/10/2017), Barbacena (03/10/2017), Muriaé (09/10/2017), Itabira (13/11/2017), Felixlândia (01/12/2017), Ribeirão das Neves (01/12/2017), Montes Claros (08/12/2017), Pompéu (15/12/2017), Araújos (26/12/2017)</p> <p>35 municípios em 2018: Lagoa Santa (01/02/2018), Prata (05/02/2018), Bom Despacho (23/04/2018), Viçosa (10/05/2018), Limeira do Oeste (16/05/2018), Ponte Nova (21/05/2018), Além Paraíba (10/06/2018), Itaúna (03/09/2018), Conceição do Mato Dentro (03/10/2018), Governador Valadares (29/10/2018), Bocaiúva – CODANORTE (28/11/2018), Botumirim - CODANORTE (28/11/2018) Catuti - CODANORTE (28/11/2018), Claro dos Poções - CODANORTE (28/11/2018) Francisco Sá - CODANORTE (28/11/2018) Grão Mogol (28/11/2018), Mirabela (28/11/2018), São João da Ponte (28/11/2018), São João do Pacuí (28/11/2018), Buenópolis (28/11/2018),</p>	

	<p>mais competências relacionadas à regularização ambiental</p>	<p>Itacambira (28/11/2018), Varzelândia (28/11/2018), Alto Caparaó (12/12/18), Antônio Dias (21/12/18), Belo Oriente (21/12/18), Bugre (21/12/18), Córrego Novo (21/12/18), Don Cavati (21/12/18), Entre Folhas (21/12/18), Iapu (21/12/18), Ipaba (21/12/18), Ipatinga (21/12/18), Periquito (21/12/18), Pingo D'água (21/12/18), São João do Oriente (21/12/18)</p> <p>36 municípios em 2019: Itacarambi (08/01/2019), Januária (23/01/19), Patis (23/01/19), Jaíba (31/01/19) Teófilo Otoni (13/02/2019), São José da Lapa (14/02/2019) , Olhos d'água (27/03/2019) , Agua Comprida (02/04/2019) Montalvânia (26/04/2019), Indianópolis (06/05/2019), Brasília de Minas (31/05/2019) , Carlos Chagas (12/06/2019) Monte Alegre de Minas (01/07/2019), São Sebastião do Paraíso (01/07/2019), Carmo do Paranaíba(02/07/2019), Varjão de Minas (02/07/2019), Cruzeiro da Fortaleza - CISPAP (02/07/2019), Guimarães - CISPAP (02/07/2019), Rio Paranaíba - CISPAP (02/07/2019), Serra do Salitre - CISPAP (02/07/2019), Tiros - Cispap, 02/07/2017, Braúnas (03/07/2019), Sem peixe (03/07/2019), São Gotardo (11/07/2019), Matozinhos (01/08/2019), Manhuaçu (05/08/2019), Congonhas(12/09/19), Pedras de Maria da Cruz (20/08/2019, Cônego Marinho(20/08/2019), Capitão Enéas (20/08/19), Ponto Chique (29/08/2019), Naque (23/09/2019), Manga (26/09/2019), Juatuba (01/10/2019), Cataguases (24/10/2019) e Rio Casca (04/11/2019)</p> <p>Para acessar informações atualizadas sobre os municípios aptos a exercer a atribuição originária acessar o link: http://www.meioambiente.mg.gov.br/sem-categoria/358-manifestacao-dos-municipios-com-competencia-originaria</p> <p>Em 2019 foram capacitados 193 municípios.</p> <p>Em 2020: Foram 07 municípios que se tornaram aptos a exercer a atribuição originária: Caratinga - CINVA LESTE (13/01/2020), Coronel Fabriciano - CINVA LESTE (11/02/2020), Divinópolis (03/02/2020), Dolores do Indaiá (03/02/2020), Piedade do Caratinga - CINVA LESTE (13/01/2020), Sete Lagoas (02/01/2020) e Ubá (02/01/2020).</p> <p>E 09 Municípios que celebraram convênios de cooperação administrativa e técnica com</p>
--	---	---

		<p>o Estado visando ao licenciamento, fiscalização e controle das atividades de impacto ambiental restritas ao território municipal: Belo Horizonte, Betim, Brumadinho, Contagem, Extrema, Ibirité, Juiz de Fora, Ponte Nova, Uberaba.</p> <p>5º monitoramento: Desde a atualização de Fevereiro/2020, 08 municípios se tornaram aptos a exercer a competência originária para licenciar: Joaquim Felício – CODANORTE (19/06/2020), Coração de Jesus – CODANORTE (15/05/2020), Alpercata - CIMVA LESTE (10/03/2020), Capitólio (12/03/2020), Imbé de Minas - CIMVA LESTE (24/03/2020), Joanésia - CIMVA LESTE (10/03/2020), Ubaporanga - CIMVA LESTE (05/03/2020) e Virginópolis - CIMVA LESTE (16/03/2020). No total, foram 15 municípios que se tornaram aptos a exercer a atribuição originária no ano de 2020, até o momento.</p> <p>Ademais, há 10 municípios que possuem convênios de cooperação administrativa e técnica com o Estado visando ao licenciamento, fiscalização e controle das atividades de impacto ambiental restritas ao território municipal: Belo Horizonte, Betim, Brumadinho, Congonhas, Contagem, Extrema, Ibirité, Juiz de Fora, Ponte Nova, Uberaba, sendo que o convênio com Congonhas foi firmado em junho/2020 e o de Contagem foi renovado em abril/2020.</p> <p>6º monitoramento: Em 2020, 20 (vinte) municípios assumiram o exercício de suas atribuições originárias de licenciamento, controle e fiscalização ambiental. São eles: Alpercata (10/03/2020); Augusto de Lima (07/08/2020); Bom Jesus do Galho (22/10/2020); Caratinga (13/01/2020); Capitólio (12/03/2020); Coração de Jesus (15/05/2020); Coronel Fabriciano (11/02/2020); Divinópolis (03/02/2020); Dolores do Indaiá (03/02/2020); Fruta de Leite (07/08/2020); Imbé de Minas (24/03/2020); Joanésia (10/03/2020); Joaquim Felício (19/06/2020); Mesquita (15/10/2020); Piedade de Caratinga (13/01/2020); São Francisco (07/08/2020); Sete Lagoas (02/01/2020); Ubá (02/01/2020); Ubaporanga (05/03/2020); Virginópolis (16/03/2020). Em 2021, 1 município já assumiu o exercício da competência originária: Pains (06/02/2021). Ainda, há 12 municípios que possuem convênios de cooperação administrativa e técnica com o Estado visando à delegação das atividades de licenciamento, fiscalização e controle ambiental: Belo Horizonte, Betim, Brumadinho, Congonhas, Contagem, Extrema, Ibirité, Juiz de Fora, Ponte Nova, Uberaba, Ubá e Pains. Entre estes, destaca-se que o convênio de Contagem foi ampliado em maio/2020; o convênio com Congonhas foi firmado em junho/2020; o convênio com Ubá foi firmado em outubro/2020; o convênio de Juiz de Fora foi ampliado em dezembro/2020; e o convênio com Pains foi firmado em fevereiro/2021. Em 2020 foram capacitados 246 municípios.</p>
--	--	--

		<p>7º monitoramento: Em 2021, 41 (quarenta e um) municípios assumiram o exercício de suas atribuições originárias de licenciamento, controle e fiscalização ambiental. São eles: Açucena (07/07/2021); Bambuí (29/05/2021); Berizal (18/05/2021); Biquinhas (15/06/2021); Buritizeiro (20/05/2021); Cachoeira do Pajeú (18/05/2021); Campo Florido (10/06/2021); Canápolis (20/04/2021); Conceição das Alagoas (02/08/2021); Coroaci (10/06/2021); Curral de Dentro (18/05/2021); Francisco Dumont (20/05/2021); Frei Inocência (28/07/2021); Ibiaí (10/06/2021); Indaiabira (04/08/2021); Itatiaiuçu (29/05/2021); Ituiutaba (21/06/2021); Jaboticatubas (20/05/2021); Jaguarauçu (30/07/2021); Januária (28/04/2021); Japonvar (22/06/2021); Juvenília (22/06/2021); Marliéria (04/08/2021); Mateus Leme (03/05/2021); Morada Nova de Minas (16/06/2021); Ninheira (18/05/2021); Nova Serrana (01/06/2021); Novorizonte (18/05/2021); Pains (06/02/2021); Pirapetinga (07/06/2021); Rio Pardo de Minas (18/05/2021); Sabará (12/08/2021); Santa Cruz de Salinas (18/05/2021); Santana do Manhuaçu (28/05/2021); Santo Antônio do Retiro (18/05/2021); São Francisco de Sales (17/08/2021); São João do Paraíso (18/05/2021); São Pedro do Suaçuí (02/09/2021); Sobralia (28/05/2021); Taiobeiras (18/05/2021) e Várzea da Palma (28/04/2021).</p> <p>Ainda, há 14 municípios que possuem convênios de cooperação administrativa e técnica com o Estado visando à delegação das atividades de licenciamento, fiscalização e controle ambiental: Belo Horizonte, Betim, Brumadinho, Congonhas, Contagem, Extrema, Ibirité, Juiz de Fora, Ponte Nova, Uberaba, Ubá, Patrocínio, Itabirito e Pains. Entre estes, destaca-se que o convênio de Contagem foi ampliado em maio/2020; o convênio com Congonhas foi firmado em junho/2020; o convênio com Ubá foi firmado em outubro/2020; o convênio de Juiz de Fora foi ampliado em dezembro/2020; o convênio com Pains foi firmado em fevereiro/2021; o convênio com Itabirito foi firmado em maio/2021 e o convênio de Patrocínio foi firmado em junho/2021. Em 2021 foram capacitados 108 municípios.</p>
--	--	--

RECOMENDAÇÃO 21

21) Estimular a criação de comissões institucionais especiais de acompanhamento de impactos ambientais com representantes comunitários ou organizações não governamentais.

Identificação do problema			
Órgão	Ponto focal	Ação a ser tomada	Benefício previsto
Diretoria de Educação Ambiental e Relações Institucionais - DEARI/SEMAD Assessoria de Comunicação - ASCOM/SEMAD	Thiago Aroeira / TI/ SUTAF Ana Cristina da Silveira/Deari Valquiria/ Ascom	Ação 01: Manter base de informações precisas e organizadas, em modo digital (SIAM/SISEMAnet) de todos os empreendimentos licenciados e da documentação correspondente, tais como: termos de referência, estudos ambientais, pareceres, etc. Ação 02: Realizar amplas campanhas de divulgação das ferramentas de denúncia ambiental do SISEMA, conjugadas com a divulgação das informações e documentos sobre os empreendimentos minerários, fomentando a participação da sociedade civil no acompanhamento dos impactos ambientais destes empreendimentos. Ação 03: Promover as reuniões da Câmara Técnica Especializada de Atividades Minerárias do Conselho Estadual de Política Ambiental, com participação de um representante de Organização Não Governamental como membro permanente e também da sociedade civil em geral, principalmente de representantes de comunidades atingidas	Maior participação da sociedade civil no acompanhamento dos impactos ambientais dos empreendimentos minerários, através do aumento da transparência e da gestão participativa, somando esforços e complementando as ações de fiscalização em parceria com o Estado, e consequentemente fomentando a fiscalização às infrações ambientais e a melhoria da qualidade ambiental no Estado.

		e outras ONGs ambientalistas, como público, para discussão dos impactos ambientais dos empreendimentos minerários de grande porte passíveis de licenciamento ambiental.	
Prazo	Cronograma Executivo (físico/financeiro)	Atualização	
Até agosto/2018	Ação 01: Conforme Plano de Ação de atendimento da recomendação nº 05.	<p>Atualização fevereiro/2020: Seguindo as diretrizes do ano de 2019, o Programa Diálogos com o Sisema também será realizado no interior em 2020, alcançando cada uma das nove regionais da Semad, com a primeira reunião em Belo Horizonte no mês de março. As informações completas do Programa são divulgadas no site www.meioambiente.mg.gov.br/educacao-ambiental/dialogos-com-o-Sisema". Desde sua criação, o Programa já contou com 1107 participações, dentre elas representantes de órgãos públicos, empresas, comitês de bacia hidrográfica, estudantes, professores, Organizações Não Governamentais e sociedade em geral. Adicionalmente, em 2020, será realizada a IV Edição do Prêmio de Boas Práticas Ambientais do Sisema, instituído pela Resolução Conjunta SEMAD/FEAM/IEF/IGAM nº 2.608 de 7 de março de 2018, que visa reconhecer, incentivar e divulgar as boas práticas, ações e projetos de conservação, preservação e recuperação do meio ambiente e dos recursos hídricos no Estado de Minas Gerais.</p> <p>5º monitoramento: Seguindo as diretrizes do ano de 2019, o Programa Diálogos com o Sisema também será realizado no interior em 2020, alcançando cada uma das nove regionais da Semad. Em virtude da quarentena ocasionada pela pandemia do Covid-19 (novo corona vírus), desde março/2020, os eventos presenciais do Programa Diálogos com o Sisema tiverem que ser cancelados. Os eventos serão retomados de forma online a partir de outubro/2020 e alcançarão todo o Estado. As informações completas do Programa são divulgadas no site www.meioambiente.mg.gov.br/educacao-ambiental/dialogos-com-o-Sisema". Desde sua criação, o Programa já contou com 1107 participações, dentre elas representantes de órgãos públicos, empresas, comitês de bacia hidrográfica, estudantes, professores, Organizações Não Governamentais e sociedade em geral. Adicionalmente, em 2020, será realizada a IV Edição do Prêmio de Boas Práticas Ambientais do Sisema, instituído pela Resolução Conjunta</p>	

		<p>SEMAD/FEAM/IEF/IGAM nº 2.608 de 7 de março de 2018, que visa reconhecer, incentivar e divulgar as boas práticas, ações e projetos de conservação, preservação e recuperação do meio ambiente e dos recursos hídricos no Estado de Minas Gerais.</p> <p>6º monitoramento: Foram realizadas 09 (nove) edições do Programa Diálogos com o Sisema, de 14 de outubro a 08 de dezembro de 2020, em cada uma das regionais da Semad, com a participação de 1.181 pessoas. Justifica-se esse aumento no número de participantes em relação às edições anteriores devido ao fato de que os eventos foram realizados de forma online em função da pandemia de COVID-19, em contraste às edições presenciais dos anos anteriores, facilitando assim a participação do público de todo o território do Estado de Minas Gerais, e não apenas do município e sua região na qual foram realizados os eventos. Outra vantagem do modelo online é que os eventos são gravados e disponibilizados na internet, permitindo que mais pessoas assistam ao evento depois que o mesmo foi realizado, aumentando seu alcance. Assim, desde sua criação, o Programa contemplou a participação de 2.288 pessoas. Todas as informações sobre o Programa são divulgadas na sua página oficial, acessível pelo link: http://www.meioambiente.mg.gov.br/component/content/article/3363</p> <p>Também foi realizada a IV Edição do Prêmio de Boas Práticas Ambientais do Sisema, com o título “Tecnologias Sociais e Sustentáveis”, no qual foram premiados 06 (seis) projetos em duas categorias: "Melhor Prática ou Projeto de Inovação Tecnológica voltado ao Meio Ambiente" e “Melhor Prática ou Projeto de Tecnologia Social com Impactos Positivos no Meio Ambiente”. Todas as informações sobre o Prêmio são divulgadas na sua página oficial, acessível pelo link: http://www.meioambiente.mg.gov.br/premioboaspraticas.</p> <p>7º monitoramento: Foram realizadas 07 (sete) edições do Programa Diálogos com o Sisema, de 16 de março a 08 de setembro de 2021, nas regionais da Semad, com a participação de 1.356 pessoas. Estão agendadas mais duas edições em 2021 a serem realizadas nos dias 16/09 e 04/10, nas regionais Noroeste e Sul de Minas, respectivamente. Assim, desde sua criação, o Programa contemplou a participação de 3.644 pessoas. Demais informações apresentadas no 6º monitoramento se repetem no atual período.</p>
--	--	--

Continuado	<p>Ação 02: Imediatamente após a conclusão das medidas da ação anterior.</p>	<p>Atualização março/19: No site da Semad há um menu específico para o canal de denúncias ambientais: http://www.meioambiente.mg.gov.br/denuncia.</p> <p>Também existe outro canal que recebe denúncias, nas páginas do Núcleo de Emergências Ambientais da Semad: http://www.meioambiente.mg.gov.br/emergencia-ambiental</p> <p>do IEF: http://www.meioambiente.mg.gov.br/denuncia</p> <p>da Feam: http://www.feam.br/fiscalizacao</p> <p>e do Igam: http://www.feam.br/fiscalizacao</p> <p>Acrescenta-se que o Sisema divulga suas ações também via Facebook, Instagram e YouTube, visando difundir as informações a um maior número de cidadãos.</p> <p>Ação de caráter contínuo - sem atualização para o 3º monitoramento</p> <p>Ação de caráter contínuo - sem atualização para o 4º monitoramento</p> <p>Ação de caráter contínuo - sem atualização para o 5º monitoramento</p> <p>Ação de caráter contínuo - sem atualização para o 5º monitoramento</p> <p>6º monitoramento : Foram publicadas pela ASCOM em seus canais de comunicação as seguintes matérias: Saiba o que é uma infração ambiental e como denunciá-la, em 04/03/2021 e http://www.meioambiente.mg.gov.br/noticias/4530-estado-lanca-plano-de-fiscalizacao-ambiental-para-2021 em 06/01/2021.</p> <p>7º monitoramento: Foram publicadas pela ASCOM em seus canais de comunicação as seguintes matérias:</p> <p>Publicações no Instagram:</p> <p>https://www.instagram.com/p/CQIQFZtNY39/</p> <p>https://www.instagram.com/p/CDYq3YfF03i/</p> <p>https://www.instagram.com/p/CCN9G13opHR/</p> <p>https://www.instagram.com/p/B9bn_25FZ2I/</p> <p>Site institucional Semad:</p> <p>http://www.meioambiente.mg.gov.br/noticias/4773-impactos-da-atividade-mineraria-em-rochas-ornamentais-e-pauta-do-dialogos-com-o-sisema-na-proxima-quinta-0807</p>
------------	--	---

		http://www.meioambiente.mg.gov.br/noticias/4755-semad-realiza-curso-de-licenciamento-ambiental-de-atividades-minerarias http://www.meioambiente.mg.gov.br/noticias/4714-romeu-zema-participa-de-assinatura-de-termo-de-compromisso-entre-mpmg-e-mineradora-para-projeto-no-norte-de-minas
Continuado	Ação 03: Ação em andamento desde fevereiro/2017, sendo realizada de forma permanente.	<p>1º monitoramento: As reuniões acontecem de forma continuada, mensalmente, por meio da Câmara Técnica de Atividades Minerárias - CMI do COPAM, conforme pode se aferir através do link: http://www.reunioes.semاد.mg.gov.br/copam_reunioes.asp?x_camara=CPA</p> <p>Ação de caráter contínuo - sem atualização para o 3º monitoramento Ação de caráter contínuo - sem atualização para o 4º monitoramento Ação de caráter contínuo - sem atualização para o 5º monitoramento Ação de caráter contínuo - sem atualização para o 6º monitoramento</p> <p>Solicitamos a substituição do link informado no 1º monitoramento para http://www.meioambiente.mg.gov.br/component/content/article/4235</p> <p>Ação de caráter contínuo - sem atualização para o 7º monitoramento</p>

RECOMENDAÇÃO 22

22) Observar os requisitos especificados nos incisos I e II e no parágrafo único do art. 2º da DN COPAM nº 167, de 2011, como condição de validade das medições ambientais, constantes dos relatórios e certificados de calibração, emitidos pelos laboratórios prestadores de serviços ambientais no Estado de Minas Gerais.

Identificação do problema			
Órgão	Ponto focal	Ação a ser tomada	Benefício previsto
Superintendência de Estratégia em Fiscalização Ambiental - SEFIS/SUFIS/SEMAD Núcleos de Controle Ambiental - NUCAMs	Flávio Aquino/SEFIS	Em face da recomendação é necessário a procedimentação para fins de aplicação dos critérios estabelecidos na DN COPAM 167/2011, em especial das avaliações dos automonitoramentos. Como já informado, foi feita alteração na estrutura orgânica do Sisema, por meio da vigência da Lei Estadual n.º 21.972, de 21 de janeiro de 2016, que culminou, posteriormente, com a edição do Decreto Estadual n.º 47.042, de 06 de setembro de 2016. Nesta alteração foram criados os NUCAMs, que se dedicam ao acompanhamento dos empreendimentos licenciados. Visando garantir a aplicação dos critérios da DN 167/2011 e outros procedimentos, foi editada a Instrução de Serviço Sisema 04/2017 que dispõe sobre procedimentos para a análise e acompanhamento de condicionantes de processos de licenciamento ambiental pelos Núcleos de Controle Ambiental – NUCAMs.	Um dos objetivos das instruções de serviço é a padronização de procedimentos por todas as unidades administrativas da SEMAD, deste modo espera-se que com edição da IS 04/2017 todos os servidores passem a observar os critérios estabelecidos na DN COPAM 167/2011.

		<p>Criação dos NUCAMs pelo Decreto Estadual n.º 47.042/2016.</p> <p>O analista lotado no NUCAM vai aferir se a medição recebida é proveniente de laboratório cadastrado. Também foi editada a Instrução de Serviço Sisema 04/2017, que estabelece a necessidade de observar os critérios estabelecidos na DN COPAM 167/2011. De toda a forma, no âmbito do Gabinete do Secretário Adjunto está sendo coordenado um trabalho de análise da eficácia da DN 167/2011.</p>	<p>A análise do automonitoramento será realizada por uma unidade específica da Superintendência Regional de Meio Ambiente, não se confundindo, essa unidade, com aquela destinada a licenciar os empreendimentos, o que possibilitará maior efetividade do órgão ambiental no controle dos empreendimentos licenciados/autorizados ambientalmente.</p>
Prazo	Cronograma Executivo (físico/financeiro)	Atualização	
Abril/2017	Instrução concluída e aplicação pelos NUCAMs e DREG's	<p>1º monitoramento: A revisão da DN 167/11 foi concluída com a publicação da DN 216/17, de 27/10/17 em que, dentre as obrigações já previstas na DN 167/11 ressalta-se os avanços dos seguintes pontos:</p> <p>1- Limitou a emissão de laudos de pressão sonora e vibração por profissionais autônomos sem acreditação/Reconhecimento de competência até 01 de janeiro de 2020. Posterior a essa data todos os laudos emitidos devem ser por ente (pessoa física ou jurídica) acreditados/reconhecidos.</p> <p>2- Retornou com a obrigação de lista entes a) credenciados; b) reconhecida e competência e c) em processo de reconhecimento e/ou acreditação no site da FEAM, e</p> <p>3- Cria critérios para cadastro e descadastramento de entes.</p> <p>http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/handle/123456789/190742</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 2º monitoramento</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 3º monitoramento</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 4º monitoramento</p>	
Já houve alteração na legislação quanto à criação dos NUCAMs	Já houve alteração na legislação quanto à criação dos NUCAMs.		

		Ação concluída - sem atualização para o 5º monitoramento Ação concluída - sem atualização para o 6º monitoramento Ação concluída - sem atualização para o 7º monitoramento
--	--	---

RECOMENDAÇÃO 23

23) Promover a revisão da DN COPAM nº 12, de 1994, que dispõe sobre a convocação e a realização de audiências públicas

Identificação do problema			
Órgão	Ponto focal	Ação a ser tomada	Benefício previsto
Superintendência de Apoio à Regularização Ambiental – SUARA/SURAM/SEMAD Núcleo de Normas e Procedimentos - NUNOP/SEMAD	Fernando Baliano/SUARA Anelisa Mota/NUNOP	Revisão da DN n.º 12/1994 após a revisão da DN n.º 74/2004, que ocorrerá até o final do ano de 2017.	<ul style="list-style-type: none"> • Devolutiva do órgão à sociedade • Maior conhecimento da população acerca das datas e locais de realização de Audiências Públicas • Maior conhecimento da população acerca da instalação dos empreendimentos.
Prazo	Cronograma Executivo (físico/financeiro)	Atualização	
Abr/18	Conclusão da revisão da DN 12	<p>1º monitoramento: A minuta de revisão da Deliberação Normativa nº 12 foi pautada na 118ª Reunião Ordinária da Câmara Normativa Recursal – CNR – no Conselho Estadual de Política Ambiental – Copam –, em 27 de junho de 2018. O texto pautado foi aprovado na 119ª Reunião Ordinária da CNR, em 25 de julho de 2018, com alterações. Em 01 de agosto de 2018, foi publicada a Deliberação Normativa Copam nº 225, que dispõe sobre a convocação e a realização de audiências públicas no âmbito dos processos de licenciamento ambiental estadual, na Imprensa Oficial de Minas Gerais, conforme pode se verificar através do link:</p> <p>http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/handle/123456789/205383.</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 2º monitoramento</p> <p>3º monitoramento: Além da revisão da DN 12 do Copam, importante ressaltar que foi criado para solicitação, realização e execução acerca do processo de licenciamento ambiental, o sistema para audiências públicas, disponível no sítio eletrônico da Semad no endereço: http://sistemas.meioambiente.mg.gov.br/licenciamento/site/consulta-</p>	
Jun/18	Aprovação da revisão da DN 12 no COPAM		

		<p>audiencia</p> <p>4º monitoramento: A Deliberação Normativa Copam nº 225, que dispõe sobre a convocação e a realização de audiências públicas no âmbito dos processos de licenciamento ambiental estadual, foi atualizada por meio da Deliberação Normativa Copam nº 237 pela CNR realizada em 19/02/2020, devido às novas obrigações dadas pela publicação da Lei 23.291/2019. Por meio desta atualização objetivou-se dar mais amplitude ao alcance das audiências públicas, especialmente em relação aos municípios impactados pelo empreendimento.</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 5º monitoramento</p> <p>6º monitoramento: No dia 11 de novembro de 2020 foi publicada a Resolução Semad nº 3.018, de 9 de novembro de 2020, estabelecendo, em caráter excepcional e temporário, a possibilidade de realização de audiência pública de forma remota, por meio da internet, durante o período da pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19), no âmbito dos processos de licenciamento ambiental. A medida se fez necessária considerando o cenário mundial pandêmico decorrente do Novo Coronavírus, declarado pela Organização Mundial da Saúde – OMS – em 11 de março de 2020. Considerando que uma das medidas eficazes de combate a propagação do Novo Coronavírus é evitar aglomerações e reduzir o contato social, a Resolução Semad nº 3.018/2020 regulamentou, de maneira excepcional, a possibilidade de realização de audiência pública remota, evitando-se a audiência pública presencial.</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 7º monitoramento</p>
--	--	--

RECOMENDAÇÃO 24

24) Aprimorar as análises técnicas dos processos de licenciamento ambiental das atividades minerárias, de forma a garantir que o meio ambiente seja considerado de forma ampla, justificando, quando for o caso, os motivos pelos quais as demandas apresentadas nas audiências públicas fogem à competência do SISEMA.

Identificação do problema			
Órgão	Ponto focal	Ação a ser tomada	Benefício previsto
Superintendência de Apoio à Regularização Ambiental - SUARA/SURAM/SEMAD	Daniela Diniz/Gabinete Semad Thaís Alcântara/CSET Fernando Baliani/SUARA	Entraram em vigência nos últimos anos diversos instrumentos normativos, a saber: Lei Estadual n.º 21.972, de 21 de janeiro de 2016. Decreto Estadual n.º 46.937, de 21 de janeiro de 2016. Decreto Estadual n.º 46.953, de 23 de fevereiro de 2016. Decreto Estadual n.º 46.993, de 02 de maio de 2016. Decreto Estadual n.º 47.042, de 06 de setembro de 2016. Decreto Estadual n.º 47.137, de 24 de janeiro de 2017. Deliberação Normativa COPAM n.º 210, de 21 de setembro de 2016. Deliberação Normativa COPAM n.º 213, de 22 de fevereiro de 2017. Deliberação Normativa COPAM n.º 214, de 26 de abril de 2017.	<ul style="list-style-type: none"> • Otimizar as análises técnicas nos processos de licenciamento ambiental • Padronizar os procedimentos entre todas as SUPRAMs e SUPPRI.
Prazo	Cronograma Executivo (físico/financeiro)	Atualização	
Continuado	-	Atualização agosto/19: Após a última atualização, em março/2019, foram editadas as	

		<p>seguintes normas:</p> <p>Resolução Conjunta Semad/Feam nº 2.784, de 21 de março de 2019, que determina a descaracterização de todas as barragens de contenção de rejeitos e resíduos, alteadas pelo método a montante, provenientes de atividades minerárias, existentes em Minas Gerais e dá outras providências, que pode ser acessada no link: http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=48138</p> <p>Resolução Conjunta Semad/Feam/Igam nº 2.827, de 24 de julho de 2019, que indica os membros do comitê com vistas ao estabelecimento de diretrizes, premissas e termos de referência para a descaracterização de barragens que utilizem ou que tenham utilizado o método de alteamento a montante no Estado de Minas Gerais, nos termos da Resolução Conjunta Semad/Feam/IEF/Igam nº 2.784, de 21 de março 2019, que pode ser acessada no link: http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=49355</p> <p>Foram apresentados pela Controladoria Geral do Estado - CGE os resultados da Auditoria de Gestão de Risco e Integridade, sendo propostas pela Semad medidas de mitigação dos riscos identificados, incluindo os direcionados às análises técnicas dos processos de licenciamento ambiental.</p> <p>4º monitoramento: A Deliberação Normativa Copam nº 225, que dispõe sobre a convocação e a realização de audiências públicas no âmbito dos processos de licenciamento ambiental estadual, foi atualizada por meio da Deliberação Normativa Copam nº 237 pela CNR realizada em 19/02/2020, devido às novas obrigações dadas pela publicação da Lei 23.291/2019. Por meio desta atualização objetivou-se dar mais amplitude ao alcance das audiências públicas, especialmente em relação aos municípios impactados pelo empreendimento. Paralelamente, existem 03 (três) grupos de trabalho (Caução - PAE - Majoração de Multa) que atuam na regulamentação da mesma lei, conforme o Decreto nº 47.739/2019, que constitui grupos de trabalho com a finalidade de elaborar proposta de regulamentação de dispositivos da Lei nº 23.291, de 25 de fevereiro de 2019, que institui a política estadual de segurança de barragens.</p> <p>5º monitoramento: Desde o último acompanhamento, não foram editadas novas normas com referência direta às análises técnicas do licenciamento de atividade</p>
--	--	---

		<p>minerárias. Com o intuito de aprimorar análises em geral foram realizadas duas videoconferências pela Suara, que tinham como público-alvo as diretorias técnica e jurídica das Suprams e Suppri, em 11/02/2020 e em 03/03/2020. Ademais, foi realizado um treinamento à Supram CM, abordando temas técnicos em 06, 07 e 10/08/2020.</p> <p>6º monitoramento: Foi publicado em 05 de novembro de 2020 o Decreto nº 48.078, que regulamenta os procedimentos para análise e aprovação do Plano de Ação de Emergência – PAE, estabelecido no art. 9º da Lei nº 23.291, de 25 de fevereiro de 2019, que instituiu a Política Estadual de Segurança de Barragens. Encontra-se em elaboração minuta de Resolução que estabelece diretrizes para a apresentação do PAE, no âmbito das competências do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos definidas pelo art. 7º do referido Decreto, e determina procedimentos a serem adotados pelos responsáveis por barragens em situação de emergência. Também foi realizado treinamento à Supram ZM, coordenado pela Asger, em que a Suara ministrou os seguintes temas à toda equipe da Supram: em 22/09/2020 - Interpretação de Normas Jurídicas; Normativas basilares e gerais – Licenciamento ambiental; Lei 13.784/2019; Decreto 10.178/2019; Lei 13.869/2019; Lei 13.655/2018; Ponderações iniciais sobre o SLA; Lei 14.184/2002; em 07/08/2020 - Conferência documental para processos (processos físicos ou digitais) - uso do SLA; e em 23/09/2020 - Formalização de Processos no SLA – LAS Cadastro, Certidão de Dispensa, LAS RAS e Convencional.</p> <p>7º monitoramento – Capacitação para análise de processos de licenciamento ambiental de atividades minerárias – Módulos I e II já executados, respectivamente em 17 e 18 de junho e 1, 2, 6, 7 e 8/07. Módulo III em execução com previsão de conclusão em 30 de setembro.</p>
--	--	---

RECOMENDAÇÃO 25

25) Desenvolver instrumentos para padronização de procedimentos, com a finalidade de orientar os servidores da SEMAD sobre o processo participativo das audiências públicas.

Identificação do problema			
Órgão	Ponto focal	Ação a ser tomada	Benefício previsto
Núcleo de Normas e Procedimentos - NUNOP/SEMAD	Anelisa Mota/NUNOP	O Decreto Estadual nº 47.042 de 06 de setembro de 2016, que dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, inseriu na estrutura orgânica da Semad a Assessoria de Normas e Procedimentos – Asnop. A Asnop tem dentre suas atribuições a execução de ações visando ao alinhamento estratégico de normas e procedimentos de natureza técnica para a execução dos atos autorizativos, fiscalização e monitoramento ambiental no âmbito do Sisema.	<ul style="list-style-type: none">• Definição clara do rito da audiência pública, de modo que as normas vigentes sejam aplicadas de forma padronizada, no âmbito dos processos de licenciamento ambiental, por todos os servidores da Semad;• Otimização da divulgação de informação ao público alvo da audiência pública.• Definição de procedimentos operacionais mais adequados;• Atualização dos procedimentos;• Padronização dos fluxos de trabalho.
Superintendência de Tecnologia da Informação - STI/SUTAF/SEMAD	Tiago Aroeira/STI		
Assessoria de Gestão Regional - ASGER/SEMAD	Vitor Salum/ASGER/ Liana Notari/ASGER		
Prazo	Cronograma Executivo (físico/financeiro)	Atualização	
Jun/18	Aprovação da revisão da DN 12 no COPAM	1º monitoramento: A minuta de revisão da Deliberação Normativa nº 12 foi pautada na 118ª Reunião Ordinária da Câmara Normativa Recursal – CNR – no Conselho Estadual de Política Ambiental – Copam –, em 27 de junho de 2018. O texto pautado foi aprovado na 119ª Reunião Ordinária da CNR, em 25 de julho de 2018, com alterações. Em 01 de agosto de 2018, foi publicada a Deliberação Normativa Copam nº 225, que dispõe sobre a convocação e a realização de audiências públicas no âmbito dos processos de licenciamento ambiental estadual, na Imprensa Oficial de Minas Gerais, conforme pode se verificar através do link:	

		http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/handle/123456789/205383 Ação concluída - sem atualização para o 2º monitoramento Ação concluída - sem atualização para o 3º monitoramento Ação concluída - sem atualização para o 4º monitoramento Ação concluída - sem atualização para o 5º monitoramento Ação concluída - sem atualização para o 6º monitoramento Ação concluída - sem atualização para o 7º monitoramento
Set/18	Elaboração de instrumento de orientação, nos termos da Orientação Sisema n.º 01/2016.	<p>1º monitoramento: Tendo em vista que a Deliberação Normativa Copam nº 225, de 25 de julho 2018, possui caráter estritamente procedimental, não vislumbrou-se a necessidade de elaboração de instrução de serviço ou orientação Sisema para sua aplicação.</p> <p>No entanto, foi instituído por meio da Resolução Semad nº 2.683, de 31 de agosto de 2018, e está disponível no sítio eletrônico da Semad, o Sistema de Consulta e Requerimento de Audiências Públicas, ferramenta procedimental que tem por finalidade a disponibilização, recepção dos requerimentos e comunicações gerais acerca dos processos de licenciamento ambiental passíveis de realização de audiências públicas, qualquer que seja a classe de enquadramento ou o fator locacional incidente. para acessar o sistema utilize o link: http://www.meioambiente.mg.gov.br/sem- categoria/529-consulta-e-requerimento-de-audiencia-publica</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 2º monitoramento</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 3º monitoramento</p> <p>4º monitoramento: A Deliberação Normativa Copam nº 225, que dispõe sobre a convocação e a realização de audiências públicas no âmbito dos processos de licenciamento ambiental estadual, foi atualizada por meio da Deliberação Normativa Copam nº 237 pela CNR realizada em 19/02/2020, devido às novas obrigações dadas pela publicação da Lei 23.291/2019. Por meio desta atualização, objetivou-se dar mais amplitude ao alcance das audiências públicas, especialmente em relação aos municípios impactados pelo empreendimento. A Nova DN possui um texto mais claro e executivo, de modo que a princípio, não se verificou necessidade de elaboração de IS às</p>

		<p>Suprams.</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 5º monitoramento</p> <p>6º monitoramento: No dia 11 de novembro de 2020 foi publicada a Resolução Semad nº 3.018, de 9 de novembro de 2020, estabelecendo, em caráter excepcional e temporário, a possibilidade de realização de audiência pública de forma remota, por meio da internet, durante o período da pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19), no âmbito dos processos de licenciamento ambiental. A medida se fez necessária considerando o cenário mundial pandêmico decorrente do Novo Coronavírus, declarado pela Organização Mundial da Saúde – OMS – em 11 de março de 2020. Considerando que uma das medidas eficazes de combate a propagação do Novo Coronavírus é evitar aglomerações e reduzir o contato social, a Resolução Semad nº 3.018/2020 regulamentou, de maneira excepcional, a possibilidade de realização de audiência pública remota, evitando-se a audiência pública presencial. A princípio, não verificou a necessidade de elaboração de IS para a aplicação da Resolução.</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 7º monitoramento</p>
--	--	--